

LIVRO DE ATAS Nº 27

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas sequencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2018.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 01 de fevereiro de 2018.

VEREADOR RAFAEL VILELA MARTINS
Secretário

VEREADOR JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e oito minutos do dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins e Wellington Ferreira de Souza, ausente o Vereador Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (16 de novembro; 07, 15 e 21 de dezembro). Todas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) encaminhamento de prestação de contas da Associação Refúgio dos Meninos de Rua; b) comunicado da Caixa sobre liberação de recursos para asfaltamento; c) comunicado do Ministério da Integração Nacional sobre liberação de recursos para recuperação de infraestutura. O Sr. Presidente colocou sob homologação plenária a Portaria nº 322/2018, que designa a Comissão de Controle Interno para o ano de 2018. O plenário, pela unanimidade dos presentes, homologou a designação. Sobre a prestação de contas do Executivo do ano de 2014, o sr. Presidente disse que o processo continuaria tramitando para análise da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; comunicou que o prazo para a devolução ao Tribunal de Contas é nove de abril; pediu a conclusão da análise para votação. O sr. Presidente determinou a leitura do Veto Parcial do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.712/2017, arts. 2º a 4º. O Vereador Romeu Moreira Batista compareceu à sessão. O sr. Presidente encaminhou o processo à Comissão de Legislação e comunicou o prazo de 30 dias para a apreciação do veto. Os Vereadores Wellington e Jair fizeram algumas argumentações sobre o veto. A pedido do sr. Presidente, a Assessora Jurídica da Câmara fez algumas considerações sobre o processo de análise do veto e as argumentações sobre a reserva de iniciativa. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.715, dos Vereadores Rafael Vilela Martins, Paulo Henrique da Silva e Wellington Netto: Insere parágrafo na Lei nº 814/90, que dispõe sobre o serviço de taxi no município de Rio Pomba, com relação ao traje dos taxistas. O sr. Presidente disse que a alteração é referente apenas ao período de carnaval. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência para a proposição. Havendo a aprovação da dispensa de prazos e interstícios de tramitação por unanimidade, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação. O parecer desta foi favorável ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.715 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado às comissões de Legislação e de Meio Ambiente. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.717, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal (INPC, 2,07%). O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência para a proposição. Havendo a aprovação da dispensa de prazos e

interstícios de tramitação por unanimidade, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação e de Finanças. Os pareceres de ambas foram favoráveis ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.717 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.718, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo (INPC, 2,07%). Este projeto seguiu tramitando para análise das comissões de Legislação e de Finanças. Segundo a Assessora Jurídica da Câmara, pode haver um novo entendimento sobre a iniciativa desta proposição. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Resolução nº 339, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo (INPC, 2,07%). O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência para a proposição. Havendo a aprovação da dispensa de prazos e interstícios de tramitação por unanimidade, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação e de Finanças. Os pareceres de ambas foram favoráveis ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Resolução nº 339 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 15, dos Vereadores Wellington Netto e Jair de Paula Coelho: requer informações ao Poder Executivo Municipal sobre obra de quadra poliesportiva. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 16, dos Vereadores Wellington Netto e Jair de Paula Coelho: requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre obra de quadra poliesportiva e de skate. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 264: reforma da quadra poliesportiva do Rosa Mística; 2) Indicação nº 265: restrição de passagem na Travessa Raimundo Furtado; 2) Indicação nº 265: restrição de passagem na Travessa Raimundo Furtado; 3) Indicação nº 266: instalação de lixeira coletiva no *Fomento*; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 20/2017-2ª edição: reabertura dos postos de saúde nas comunidades rurais e visita regular da equipe do Programa de Saúde da Família; 2) Indicação nº 65/2017-2ª edição: construção de biblioteca pública municipal; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 259: transferência de local da feira livre da Praça Ministro Odilon Duarte Braga; d) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 52/2017-2ª edição: redutor de velocidade na Av. Prof. José Marcelino; 2) Indicação nº 198/2017-2ª edição: redutores de velocidade na rodovia MG-133; e) Paulo Henerique da Silva: 1) Indicação nº 181/2017-2ª edição: abertura de bueiro na Praça Dr. Último de Carvalho; 2) Indicação nº 196/2017-2ª edição: passagem elevada para pedestres perto do ginásio; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 17/2017-2ª edição: providências no bairro Nossa Senhora das Graças; 2) Indicação nº 258: providências no bairro Sol Nascente; g) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 261: iluminação pública na Av. Prof. José Marcelino; 2) Indicação nº 262: tratamento do esgoto ao longo do córrego Independência; 3) Indicação nº 263: ampliação do cemitério, estacionamento e capelas; h) Wellington Netto: 1) Indicação nº 267: promova ação tapa buracos no bairro Jardim América; 2) Indicação nº 268: implantação de lixeira coletiva no bairro Sol Nascente; 3) Indicação nº 269: ampliação e cascalhamento de estrada rural – comunidade do Bomjardim; i) Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: 1)

Indicação nº 257: providências quanto ao Pombense Esporte Clube. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia às vinte horas e trinta minutos, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.711, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Autoriza a contratação de estagiários pela Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Disse que aguarda a análise das comissões de Legislação e de Finanças. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins e Romeu Moreira Batista; ausentes os Vereadores Frederico Senra Condé e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e comunicou que a ata da sessão anterior não estava pronta. O Sr. Presidente cumprimentou o Tenente PM Gederson, Comandante do Pelotão PM, presente no recinto, e parabenizou a organização pelo trabalho no carnaval deste ano, que transcorreu pacificamente. Foram lidas as seguintes correspondências: a) notícia extraída do site da Prefeitura sobre pontuação obtida pelo município em avaliação do Tribunal de Contas. Seguindo, o sr. Presidente comunicou que usariam a palavra, a convite da Câmara, para falar sobre o Projeto de Lei nº 1.716, os servidores da Emater MG, Vanessa Gaudereto e Fernando Tinoco. Os palestrantes fizeram a sua apresentação abrangendo amplamente o tema “desenvolvimento rural sustentável”. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge e Rafael: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências, que está com as comissões de Legislação e de Meio Ambiente. O sr. Presidente disse que as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente seriam feitas no final da sessão. Sobre a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo Municipal do ano de 2014 (Fernando Antônio Dutra Macedo), foram lidos: a) Parecer nº 6, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2014 – aprovação das contas; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 178, da Comissão de Finanças: Aprova das contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2014. O sr. Presidente disse que o processo continuaria tramitando e comunicou o julgamento das contas para o dia primeiro de março do corrente ano. Seguindo a pauta, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.718, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo (INPC 2,07%). Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 276: demarcação de área reservada para escolares em frente ao colégio Regina Coeli; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 9/2017-2ª edição: recolhimento de imóvel em doação – Unidos do Tejuco; 2) Indicação nº 246/2017-2ª edição: Atualização da Lei nº 921/94–passagens para tratamento de saúde; 3) Indicação nº 273: ampliação dos pontos de Wi-Fi; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 002/2017-2ª edição: Praça no alto da Rua Geraldo Rosa Soares; 2) Indicação nº 004/2017-2ª edição: construção de muro no final da Alameda dos Inconfidentes; 3) Indicação nº 260: providências na Rua Diógenes Coelho Gomes; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 248: Regularização fundiária do *Mutirão*; 2) Indicação nº 274: reforma de calçamento no loteamento São Francisco; 3) Indicação nº 277: linha de ônibus escolar no Bomjardim; e) Wellington Netto: 1) Indicação nº 272: Implantação de bancos na área de socialização da Praça da Rodoviária. Às vinte horas e vinte e sete minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 12, da Comissão de Legislação: Veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.712, do Executivo, que

altera a Lei nº 1.330/2010; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 179, da Comissão de Legislação: Mantém veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.712/2017. O sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 179. O Vereador Jair disse que o sr. Prefeito enviará projeto de lei inserindo os objetos de emendas de vereadores e que foram vetados, informações que serão levadas aos produtores rurais. O Vereador Rafael disse que o município atenderá aos cadastros de produtores para os serviços autorizados na lei. O Vereador Jorge disse que os mesmos critérios usados para os tratores serão aplicados a outros equipamentos como máquinas e caminhões. Encerrada a discussão e submetido à votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 179 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguiram tramitando: a) Parecer nº 7, da Comissão de Finanças: Projeto de Lei nº 1.711; b) Projeto de Lei nº 1.711, do Presidente da Câmara: Autoriza a contratação de estagiários pela Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências, enquanto aguarda o parecer da Comissão de Legislação. Estando presente no recinto, a convite da Presidência da Câmara, usou da palavra o 2º Tenente PM Gederson Almeida de Carvalho, Comandante do 4º Pelotão da 35ª Cia. da Polícia Militar, que havendo assumido o comando do Pelotão no mês de janeiro teve a oportunidade de estabelecer um contato mais próximo com os srs. Vereadores. Diante da presença de moradores da zona rural de Bomjardim que trouxeram abaixo-assinado sobre deficiências no transporte escolar, alguns vereadores se pronunciaram. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e sete minutos do dia primeiro de março de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e comunicou que as atas das sessões anteriores não estavam prontas. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) a) convite da biblioteca para o Dia Internacional da Mulher, dia 09 de março; b) carta da Emater; c) prestação de contas do Amor Exigente. Seguindo, foram lidos: a) Ofício 060, do Prefeito; b) Relatório do Vereador Maurílio, Presidente da Comissão de Educação, sobre o trajeto escolar rural; c) Ofício 15, da Secretária de Educação. Continuando os trabalhos, conforme solicitação de providências feita pela Câmara, convite feito pelo Vereador Wellington e regular inscrição formulada, o sr. Presidente convidou para usar a Tribuna Popular o sr. Dehon Martins Soares, Encarregado de Sistema da Copasa, para falar sobre o abastecimento de água tratada no município. Assentando-se junto do plenário, o orador pode prestar diversas informações, responder perguntas e apresentar ideias sobre a prestação de serviço de abastecimento de água tratada, abordando-se também sobre o esgotamento sanitário. Passando às proposições, continuou tramitando o Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge e Rafael: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências, que está com as comissões de Legislação e de Meio Ambiente. O sr. Presidente disse que será apresentado projeto substitutivo. Dando sequência, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal das comissões de Legislação e de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.718, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo (INPC 2,07%). Os pareceres foram favoráveis ao projeto pela unanimidade dos membros das comissões. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.718, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.719, dos Vereadores Wellington Netto, Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Arilson Neto Santos Freitas: Dispõe sobre o estabelecimento de convênio entre empresas privadas e as unidades escolares da rede municipal de ensino para a gravação de logomarca nos uniformes escolares. O Vereador Wellington Netto falou da economia que será gerada ao município e aos pais de alunos. O sr. Presidente determinou a tramitação desta proposição e designou as comissões de Legislação e de Educação para analisá-las, substituindo os autores, de forma que ambas ficaram constituídas da seguinte forma: Maurílio Rodrigues dos Reis (Presidente), Frederico Senra Condé (Vice) e Jair de Paula Coelho (Relator), com a concordância do plenário. Seguindo, foi lido o Projeto de Resolução nº 340, dos Vereadores Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares: Altera a redação do parágrafo único do art. 119 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência à apresentação das indicações. O sr. Presidente determinou

a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação, substituindo o autor Vereador Rafael pelo Vereador Frederico Senra Condé. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 83/2017-2ª edição: providências nos fundos da Rua Ozório Novato; 2) Indicação nº 280: muro de contenção na divisa do cemitério; 3) Indicação nº 281: edificação de praça na Rua Francisco Clemente; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 275: renovação e expansão das placas indicadoras dos nomes de ruas; 2) Indicação nº 289: manutenção no calçamento da Serrinha; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 229/2017-2ª edição: drenagem de águas pluviais na Rua Dr. Bruno José Gonçalves; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 285: reparos no calçamento da Rua Dr. Fausto; e) Wellington Netto: 1) Indicação nº 283: serviço de manutenção em estrada rural – comunidade dos Vogados; 2) Indicação nº 286: liberação de subvenção para a Associação dos Sem Casa; f) Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 206/2017-2ª edição: medida de segurança na região da Rua Cel. Juvenal Pena; 2) Indicação nº 227/2017-2ª edição: edificação de praça no loteamento Nova Era; g) Jair de Paula Coelho, Frederico Senra Condé e Wellington Netto: 1) Indicação nº 26/2017-2ª edição: providências sobre a sinalização de trânsito nas ruas do município; h) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 186/2017-2ª edição parcial: providências no estacionamento do cemitério; 2) Indicação nº 279: cobertura da área de recreação da Escola Professora Maria Martha Machado – CEI. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. Sobre a Indicação nº 286 ficou decidido pela redação de um ofício em nome de todos os vereadores solicitando o repasse da subvenção social deste ano à Ascarp. Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 6, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2014 – aprovação das contas; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 178, da Comissão de Finanças: Aprova das contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2014. O Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, da Comissão de Finanças, que aprova das contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2014, o qual foi aprovado por unanimidade, votando a favor os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. Seguindo os trabalhos, foram lidos: a) Parecer nº 7, da Comissão de Finanças; b) Parecer nº 13, da Comissão de Legislação. Então, o sr. Presidente anunciou que colocaria em votação o Projeto de Lei nº 1.711, do Presidente da Câmara: Autoriza a contratação de estagiários pela Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.711 foi aprovado por unanimidade. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. Diante da presença de representantes de casas de shows, o sr. Presidente disse que os vereadores irão interceder para uma audiência com o sr. Prefeito, para tratar do horário de funcionamento. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e seis minutos do dia quinze de março de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins e Romeu Moreira Batista; ausentes os Vereadores Paulo Henrique da Silva e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (01 e 15 de fevereiro, 01 de março). O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. As três atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Informação sobre os Jogos Escolares 2018; b) comunicado sobre celebração de convênio para recapeamento asfáltico; c) Carta da Hira Lima solicitando audiência no dia 11 de maio. O sr. Presidente disse que caberia ao Plenário decidir quanto ao pedido de audiência de Hira Lima. Foi lido também o Ofício nº 04/2018, da Escola Estadual Padre Manoel, apresentando um pedido para a doação de ventiladores para as salas de aula. Considerando a presença da Diretora da citada instituição de ensino na Câmara, a sra. Lourdes Raquel Peres Teixeira, o sr. Presidente consultou se o Plenário autorizaria que a mesma usasse a palavra para apresentar a sua reivindicação. Autorizada pelo Plenário, a Diretora pode então se manifestar para esclarecer sobre o seu pedido, as necessidades atuais da escola estadual e os auxílios que vem conseguindo, ressaltando o déficit inclusive para manter a merenda. O sr. Presidente disse que providenciaria um ofício ao Prefeito, a ser assinado pelos vereadores, levando a reivindicação da diretora. Passando às proposições, o sr. Presidente comunicou a apresentação do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando, já estando sob análise das comissões de Legislação e de Meio Ambiente juntamente com a proposição inicial. Também seguiu tramitando para inclusão na ordem do dia da próxima sessão o Projeto de Lei nº 1.719, dos Vereadores Wellington Netto, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Arilson Neto Santos Freitas: Dispõe sobre o estabelecimento de convênio entre empresas privadas e as unidades escolares da rede municipal de ensino para a gravação de logomarca nos uniformes escolares. Seguiram tramitando também os dois pareceres de comissões relacionados a este projeto. O Vereador Jair comentou a sua retirada da autoria para que pudesse compor as comissões permanentes. Continuou tramitando o Projeto de Resolução nº 340, dos Vereadores Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares: Altera a redação do parágrafo único do art. 119 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência à apresentação das indicações. Este projeto aguarda a Comissão de Legislação. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 341, dos Vereadores Wellington Netto, Jair de Paula Coelho e Romeu Moreira Batista: Cria a medalha do mérito legislativo de participação popular. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para

análise da Comissão de Legislação, substituindo o Vereador Wellington pelo Vereador Maurílio na Comissão de Legislação. Após, foi lida a Moção nº 13, de todos os Vereadores: Moção de aplausos a Michael Fernando Costa. Votada, esta moção foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Foram lidos dois ofícios do Sindicato dos Servidores Municipais – Sinsemrip, sendo: 01) pedido de indicação a favor de doação de imóvel ao Sinsenrip; 2) indicação de projeto de lei para regularização do pagamento do incentivo adicional. Após debate entre os Vereadores, o sr. Presidente disse que será redigido ofício em nome de todos os vereadores levando a primeira reivindicação ao Executivo, e solicitou que a Assessora Jurídica da Câmara verifique as possibilidades quanto ao segundo pedido, ao mesmo tempo em que o pedido será objeto também de um indicação dos vereadores. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 130/2017-2ª edição: placas de homenagem ao ex-Vereador Antônio Roque; 2) Indicação nº 296: reforma da canaleta da Rua Cel. José Furtado de Mendonça; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 134/2017-2ª edição: providências no abastecimento de água dos moradores da comunidade rural do Monte Alegre; 2) Indicação nº 293: construção de ponto de ônibus e captação de água pluvial no bairro Panorama; c) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 291: caminho da Fundação Lael Varella; 2) Indicação nº 292: iluminação de trecho da Av. do Contorno; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 290: linha de ônibus circular na Estação e Santa Isabel; 2) Indicação nº 294: providências em curva no bairro Lindo Vale; e) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 295: capina química ou roçada nas estradas rurais; f) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 35/2017-2ª edição: câmeras de monitoramento urbano; 2) Indicação nº 278: urbanização do loteamento Panorama; g) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 104/2017-2ª edição: ciclovia no Distrito Industrial; h) Wellington Netto: 1) Indicação nº 226/2017-2ª edição: diversas providências no Belvedere; 2) Indicação nº 235/2017-2ª edição: construção de um escadão permitindo acesso à Rua Henrique Dias Saraiva (morro do cemitério); 3) Indicação nº 254/2017-2ª edição: promova a criação do Conselho Administrativo do Distrito Industrial; i) Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 203/2017-2ª edição: passeio na Rua Carminha Morais Sarmiento; j) Rafael Vilela Martins e Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 287: recapeamento asfáltico e redutores de velocidade no Distrito Industrial. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. O sr. Presidente comunicou que as homenagens de moções de aplausos acontecerão no final de junho e que as homenagens solenes no final do ano, pedindo aos vereadores que apresentem os nomes para as moções de aplausos; comentou sobre o evento ocorrido ontem na Câmara, promovido pela Prefeitura, Acirp e IF, lançando o portal Quero Trabalhar. O Vereador Jair de Paula Coelho pediu para constar uma nota de repúdio à violência e intolerância que fizeram vítima a Vereadora Marielle, no Rio de Janeiro. Sobre o pedido de audiência solicitado pela sra. Hira Lima, o Plenário unanimemente autorizou o uso do recinto da Câmara para a realização da mesma no dia 11 de maio, às 18h30min, conforme solicitado. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada

pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e dois minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Jorge Luís Martins Soares (Presidente da Câmara); foi aberta a sessão pelo sr. Vice-Presidente, Vereador Paulo Henrique da Silva, no exercício da Presidência, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (15 de março), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. A seguir, o Secretário leu a justificativa da ausência a esta sessão apresentada pelo Presidente, Vereador Jorge Luís, que se dá por motivo de estar participando de encontro em Belo Horizonte promovido pela Abracam. O Plenário, pela unanimidade dos presentes, reconheceu os motivos da ausência aprovando a justificativa apresentada. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Carta de Robson Melo, técnico dos Jogos Escolares; b) comunicado sobre celebração de convênio para construção de prédio na Rua Messias Pereira Bahia; c) Ofício 122, do Prefeito, sobre a liberação de recursos à Ascarp. Passando às proposições, o sr. Presidente determinou a continuidade da tramitação do Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências. Esse projeto está com as comissões permanentes. Seguindo os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.720, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Proíbe o plantio de plantas tóxicas em logradouros públicos, creches, escolas e praças públicas no município de Rio Pomba/MG. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise das comissões de Legislação e de Meio Ambiente. Em sequência, o sr. Presidente determinou a tramitação, considerando que aguardam a análise da Comissão de Legislação: a) Projeto de Resolução nº 340, dos Vereadores Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares: Altera a redação do parágrafo único do art. 119 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência à apresentação das indicações; b) Projeto de Resolução nº 341, dos Vereadores Wellington Netto, Jair de Paula Coelho e Romeu Moreira Batista: Cria a medalha do mérito legislativo de participação popular. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 342, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: Altera a redação de dispositivos da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, visando à criação da comissão de defesa animal. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado pelo sr. Presidente às comissões de: a) Legislação (os Vereadores Rafael e Paulo foram substituídos por Frederico e Romeu); b) Meio Ambiente (o Vereador Paulo foi substituído por Romeu). Ato contínuo foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, da Mesa Diretora: Concede a medalha do mérito educacional. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação, substituindo os Vereadores Rafael e Paulo por Romeu e Frederico. Após, foi lido o

Requerimento nº 17, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: requer informações sobre o Distrito Industrial. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na sequência, foi lido o Requerimento nº 18, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: requer informações sobre a limpeza de terrenos particulares. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, os Vereadores Jair de Paula Coelho e Maurílio Rodrigues dos Reis apresentaram o Requerimento nº 19, requerendo informações sobre o loteamento São Luís e o Distrito Industrial. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Wellington Ferreira de Souza apresentou o Requerimento nº 20, requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre o valor de 150 mil reais, encaminhado por emenda da Deputada Margarida Salomão. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Wellington Ferreira de Souza apresentou o Requerimento nº 21, requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre o Posto de Saúde Henrique Dias Filho. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Wellington Ferreira de Souza apresentou o Requerimento nº 22, requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre o processo de avaliação dos servidores aprovados no concurso 2014. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Maurílio votou a favor dos requerimentos, mas disse que deveriam ser apresentados com antecedência. O Vereador Rafael também se manifestou no sentido de que os requerimentos sejam protocolados com antecedência para que os vereadores possam se inteirar antes da votação. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 131/2017-2ª edição: construção de um beiral na laje do Edifício Vereador Antônio Roque; 2) Indicação nº 148/2017-2ª edição: verificação da possibilidade de se instalar proteção lateral na Rua Pedro Lopes dos Reis; 3) Indicação nº 303: lixeira coletiva na Vila Ernestina da Silva Reis; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 121/2017-2ª edição: patrolamento e cascalhamento na Formiga, Monte Alegre e Candongas; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 101/2017-2ª edição: patrolamento das estradas rurais especificadas; 2) Indicação nº 301: serviços oftalmológicos; 3) Indicação nº 302: reativação de unidade básica de saúde do Bomjardim; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 114/2017-2ª edição: instalação de reservatório de água no alto da comunidade Sá Neves e de booster no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 284: padronização dos passeios e meios-fios nas vias indicadas; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 23/2017-2ª edição: providências na Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 288: faixas de travessia de pedestres nas imediações das creches; f) Wellington Netto: 1) Indicação nº 173/2017-2ª edição: implantação do ponto eletrônico biométrico nas repartições públicas do município; 2) Indicação nº 213/2017-2ª edição: indicação para que o Executivo promova convênio com o presídio para efetivação do Projeto de Lei nº 1.564/2017; 3) Indicação nº 236/2017-2ª edição: aumento do tempo do semáforo do trevo do Jardim América, faixa de pedestre e balizador de concreto (coluna de bloqueio); g)

Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 205/2017-2ª edição: melhoria da iluminação no bairro Santa Helena; h) Todos: 1) Indicação nº 298: sede para o Sinsemrip; 2) Indicação nº 299: pagamento do incentivo adicional. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. O Vereador Jair disse que visitou a Escola Estadual Padre Manoel e sugeriu que os demais vereadores o façam também, inclusive contactando seus deputados estaduais em busca de apoio à escola. O Vereador Rafael disse que esteve na Ouvidoria Geral do Estado e fez um registro sobre a situação da mencionada escola. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 14, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei nº 1.719; b) Parecer nº 04, da Comissão de Legislação: Projeto de Lei nº 1.719. O sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.719, dos Vereadores Wellington Netto, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Arilson Neto Santos Freitas: Dispõe sobre o estabelecimento de convênio entre empresas privadas e as unidades escolares da rede municipal de ensino para a gravação de logomarca nos uniformes escolares. O Vereador Wellington sugeriu ao sr. Prefeito, visando à economia aos cofres públicos, de que seja enviado à Câmara um projeto estendendo a lei a todos os setores da administração municipal. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, este projeto foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. No grande expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Wellington Netto usou da palavra abordando: 1) a necessidade da presença de representante do Executivo nas sessões da Câmara, solicitando a lavratura de um ofício nesse sentido em nome de todos; 2) falou sobre a audiência pública sobre os animais de rua que acontecerá na Câmara dia 11 de maio; 3) sobre a Medalha do Mérito Legislativo, disse que objetiva valorizar os cidadãos que participam das reuniões e se preocupam com os trabalhos da Câmara; 4) agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.719; 5) disse que as cópias dos documentos de construção de quadra não chegaram (Requerimento nº 15), mas foi apresentada uma licitação, cuja obra é cobrada pela população; 6) disse que também tem pedido de informações sobre o loteamento Dr. José Campos e que agora, com o requerimento dos vereadores aprovado, tal informação poderá chegar; 7) sobre a necessidade de prolongamento da rede de abastecimento de água tratada nas imediações da AAB; 8) registrou o recebimento de informações do sr. Prefeito relacionadas a algumas de suas indicações; 9) lamentou a diminuição do repasse da Prefeitura no convênio com a Polícia Militar de 70 para 50 mil reais, e pediu o aumento desse repasse de recursos apresentando como sugestão a transferência de recursos previstos para o gasto com comunicação; 10) lamentou o não envio de informações requisitadas sobre a ponte do São Lourenço; 11) lamentou que a Companhia PM de Rio Pomba tenha voltado à condição de Pelotão; 12) falou da presença de usuários de maconha e outras drogas no coreto da Praça Dr. Último de Carvalho, e pediu à Prefeitura e à Polícia Militar que façam uma fiscalização coibindo a prática; 13) falou sobre a contratação direta dos motoristas terceirizados, de modo que terão suas carteiras baixadas para se tornarem micro empresários individuais e serem contratados pela administração; 14) apresentou os montantes pagos pelo município à empresa que contrata os motoristas, citando que esses profissionais perderão vários direitos como insalubridade e

periculosidade, FGTS etc, sendo que a Prefeitura alega motivos de redução de gastos; 15) comentou que, enquanto se fala em economia, a Prefeitura gasta setenta e quatro mil reais com propaganda, um valor muito maior do que o concedido à Polícia Militar e à Associação dos Sem Casa. Sobre a ponte do São Lourenço o Vereador Jair falou da necessidade de se contactar a Prefeitura porque os moradores estão sendo prejudicados; comentou que em reunião anterior abordou assunto relacionado a duas casas danificadas na Rua Cel. Bento, sendo que de uma delas o proprietário já foi notificado e poderá ser notificado, ao passo que o outro proprietário está providenciando a demolição. O Vereador Wellington disse que não foi dada sequência ao pedido dos proprietários de casas de show sobre o horário de funcionamento. O Vereador Jair disse que a revisão do Código de Posturas que abrangerá esse assunto. Foi lido ofício da Câmara Municipal de Tocantins enviando pedido de apoio para a liberação de uma linha de ônibus semi-urbano entre esta cidade e aquela. Foi redigido um ofício a ser assinado por todos os vereadores desta Casa endereçado ao Secretário Estadual de Transporte e Obras Públicas. O Vereador Wellington registrou que a Justiça Eleitoral permite a colocação do nome social no título eleitoral e disse que as pessoas interessadas podem procurar o Cartório Eleitoral. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (05 de abril), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofício 100, comunica celebração de acordo para aquisição de equipamentos; b) convite da biblioteca para o dia 27 de abril; c) resposta do Prefeito ao pedido de doação de imóvel ao Sindicato dos Servidores; d) resposta do Prefeito ao pedido de pagamento do incentivo adicional aos agentes de saúde; e) resposta do Prefeito ao pedido de ventiladores para o Grupo Padre Manoel. O sr. Presidente comunicou que o Secretário de Saúde enviou o Decreto Executivo nº 2.050, da composição do Conselho Municipal de Saúde, o qual estava à disposição para conhecimento. O sr. Presidente determinou a tramitação, por estarem aguardando os pareceres das comissões: a) Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da agricultura familiar e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.720, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Proíbe o plantio de plantas tóxicas em logradouros públicos, creches, escolas e praças públicas no município de Rio Pomba/MG; c) Projeto de Resolução nº 340, dos Vereadores Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares: Altera a redação do parágrafo único do art. 119 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência à apresentação das indicações; d) Projeto de Resolução nº 341, dos Vereadores Wellington Netto, Jair de Paula Coelho e Romeu Moreira Batista: Cria a medalha do mérito legislativo de participação popular; e) Projeto de Resolução nº 342, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: Altera a redação de dispositivos da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, visando à criação da comissão de defesa animal; f) Projeto de Decreto Legislativo nº 180, da Mesa Diretora: Concede a medalha do mérito educacional. O sr. Presidente pediu que as comissões elaborem os pareceres para a apreciação dos projetos; solicitou o parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 1.720. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 23, do Vereador Wellington Netto: requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre licitação e contratação da empresa Viçoserv. O Vereador Wellington disse que o objetivo é saber o quanto custa cada funcionário em vista da intenção da administração municipal de contratar motoristas micro empresários individuais. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 24, do Vereador Wellington Netto: requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre gastos com a pintura e

reforma da nova sede da Secretaria de Saúde. O autor disse que o objetivo é apurar a informação de foi gasto mais de oito mil reais e que esse valor não passou pelo Conselho Municipal de Saúde, e ainda saber detalhes do serviço prestado e o material usado. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 013/2017-2ª edição: reforma no túmulo dos anjinhos - cemitério; 2) Indicação nº 304: canalização de rede de esgoto no bairro *Estação*; 3) Indicação nº 305: identificação das ruas do *Mutirão*; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 308: reforma de ponte próximo ao bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 309: colocação de manilha em passagem de água dos Granatos; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 307: iluminação pública no loteamento Panorama; d) Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 270: muro de arrimo na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 3) Indicação nº 297: reforma da sede do Samu; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 211/2017-2ª edição: gradio na Praça Prefeito Messias Pereira Baía; f) Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 300: implantação de lâmpadas de LED na iluminação pública; g) Wellington Netto e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 311: obras de melhoria no bairro *Mutirão*; h) Vereadores: 1) Indicação nº 310: obras de melhoria no bairro Sol Nascente. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações. O Vereador Arilson sugeriu que a Câmara fizesse uma indicação para que fosse mantida a equipe anterior responsável pela limpeza dos córregos, pois os três funcionários eram eficientes na atividade. O Vereador Jair parabenizou a comunidade do bairro Sol Nascente pela organização em apresentar suas reivindicações aos vereadores. O Vereador Wellington Netto prestou detalhes da reunião realizada com os moradores da comunidade citada pelo Vereador Jair. Após consenso entre os vereadores, ficou designada uma reunião das comissões incumbidas de analisar projetos para o dia vinte e sete, dezesseis horas. Às dezenove horas e trinta minutos, aberta a ordem do dia, no grande expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Jair falou sobre a situação da Escola Estadual Padre Manoel, especialmente a dificuldade em manter o regime integral, sendo que a escola está aceitando e precisando da ajuda da população. O Vereador Rafael disse que não pode comparecer à reunião sobre o Grupo Padre Manoel e que realmente é preciso verificar a situação; elogiou a contribuição do Gerson através da sua Casa de Shows; comentou sobre a reunião no bairro Sol Nascente que foi um exemplo de organização; lamentou a realização de uma reunião comunitária hoje, neste horário de sessão, pela Prefeitura/Secretaria de Obras, impossibilitando a presença dos vereadores. O Vereador Maurílio convocou os membros da Comissão de Saúde para vistoriar os veículos da Saúde no dia 27, quinze horas. O Vereador Wellington se pronunciou: 1) sobre a dificuldade de algumas casas de shows trabalharem em horário estendido; 2) discorreu sobre a dificuldade do Grupo Padre Manoel diante da escassez de verbas repassadas pelo Governo Estadual; 3) sobre a renovação do contrato com a Viçoserv, disse se tratar de um valor muito alto e que as informações requisitadas são muito importantes, e disse ainda que os serviços contínuos deveriam ser prestados através de concurso; 4) lamentou que o Prefeito ainda não tenha colocado à disposição da comunidade o veículo doado através do Deputado Isaura Calais; 5) agradeceu ao Secretário de

Saúde pela permissão que os moradores do loteamento Panorama fossem atendidos no PSF da rodoviária; 6) reforçou o convite aos vereadores para reunião com os moradores da Av. Manoel Fernandes, neste sábado, com a presença do Secretário de Obras e do representante da Defesa Civil; 7) falou sobre a importância da atuação dos conselhos municipais no acompanhamento das ações do Executivo e pediu que a administração dê conhecimento das datas de reuniões dos conselhos municipais; 8) sobre o loteamento Jardim São Luís, disse que já apresentou inúmeras irregularidades mas obras continuam em andamento e perguntou os motivos da Prefeitura não estar notificando; 9) disse que na Rua Ministro Néilson Hungria existe um veículo abandonado, completamente depenado, que está sendo usado para práticas ilícitas e que precisa ser removido pela fiscalização municipal em conjunto com a Polícia Militar, sendo uma questão de segurança e de saúde pública; 10) pediu ao Prefeito a implantação do ponto biométrico, que tem ainda o objetivo de avaliar a qualidade do serviço público; 11) falou sobre a necessidade de se aumentar o tempo do semáforo no Jardim América para os pedestres; 12) passou reclamações que recebe da população cobrando que o Prefeito entre “efetivamente” em exercício, bem como o Secretário de Obras é alvo de muitas reclamações. O Vereador Jorge disse que os funcionários do Grupo Padre Manoel estão se desdobrando em atos nobres para ajudar a manter a escola, lamentou a impossibilidade da administração municipal ajudar mais, por ser uma escola da esfera estadual, mas falou da possibilidade de buscar auxílio com os deputados; disse ver com bons olhos as reuniões de bairro, mas por outro lado, os vereadores têm suas indicações contemplando os bairros e questionou se o que a Prefeitura apurar nos bairros será feito; não desmerecendo as reuniões, disse serem válidas, mas as demandas estão todas nesta Casa. O Vereador Wellington disse que são quase um ano e meio de governo e tempo mais do que suficiente para se organizar na prestação de serviços básicos como a pintura da sinalização de trânsito. O Vereador Jorge disse que existem méritos também, como o pagamento do décimo terceiro em dia ao funcionalismo; disse que ainda que existam recursos em caixa, há todo um critério para usá-lo segundo as dotações orçamentárias; elogiou o serviço de manutenção das estradas rurais que está sendo feito pelo Cláudio “Malavéia”. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia três de maio de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (19 de abril), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) resposta do Prefeito ao pedido de informações sobre a avaliação de desempenho de servidores; b) resposta do Prefeito sobre os Requerimentos nºs 23 e 24. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão às 19h07min. O sr. Presidente determinou a tramitação, por estar aguardando os pareceres das comissões: a) Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da agricultura familiar e dá outras providências. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.721, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências (2,07%). O sr. Presidente colocou em apreciação do Plenário o pedido de urgência especial do autor. Aprovado por unanimidade o regime de urgência, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação e de Finanças. Os pareceres foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente o remeteu à ordem do dia desta sessão. Seguiu tramitando o Projeto de Decreto Legislativo nº 180, da Mesa Diretora: Concede a medalha do mérito educacional; que está sob análise da Comissão de Legislação. Em seguida foi lida a Moção nº 14, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Gilberto dos Santos. O autor falou sobre os motivos que o levaram a apresentar esta proposta de homenagem que estão ligados ao atual trabalho de Gilberto dos Santos à frente da Secretaria de Saúde. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 232/2017-2ª: providências na Praça Ruy Batista Santiago; 2) Indicação nº 249/2017-2ª edição: rede de esgotos no bairro Santa Helena; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 316: construção de ponte de concreto no Monte Alegre e Neblina; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 312: providências no bairro Lindo Vale; 2) Indicação nº 315: oficina de Muay Thai; 3) Indicação nº 317: divulgação dos serviços de micro empreendedor individual; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 51/2017-2ª edição parcial: asfaltamento de via; 2) Indicação nº 127/2017-2ª edição: asfaltamento do final da Rua Luiza Alvim; 3) Indicação nº 271: grade de proteção na Rua Cel. Luís Furtado de Mendonça; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 179/2017-2ª edição: estabelecimento de linha interestadual Rio Pomba/Espírito Santo; 2) Indicação nº 191/2017-2ª edição: melhoria da iluminação na Vila Maria; 3) Indicação nº 313: lixeira na Av. do Contorno; f) Vereadores: 1) Indicação nº 314: equipe de limpeza dos córregos. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as

indicações. O Vereador Romeu Moreira disse que não assinou a Indicação nº 314 porque conversou com o Prefeito e que a composição da equipe de córregos não irá mudar, sendo que lhe compete essa designação. O Vereador Arilson disse que a equipe sempre deu conta de realizar a limpeza de córregos, mas por uma briga com o Secretário de Obras um dos servidores passou ao serviço de varrição e disse que o Prefeito consegue essa mudança se quiser. O Vereador Wellington disse que o Vereador Arilson tem conhecimento no pedido feito pela Indicação 314, de iniciativa dele. O Vereador Romeu Moreira esclareceu que não é contrário à limpeza de córregos, mas apenas não assinou porque a designação dos servidores cabe apenas ao Prefeito. Às dezenove horas e trinta e sete minutos aberta a ordem do dia, o sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.721, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências (2,07%). Encerrada a discussão, o sr. Presidente submeteu à apreciação Plenária o Projeto de Lei nº 1.721, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Wellington Netto falou sobre a defasagem salarial das servidoras Especialistas em Educação, que votava a favor mas apelava pela necessidade de um diálogo com as servidoras. O Vereador Maurílio, Presidente da Comissão de Educação, disse que está aguardando a marcação de audiência com o sr. Prefeito. O Vereador Romeu disse que isso aconteceu porque elas optaram por prestar concurso para o cargo de Especialistas e, ao longo do tempo, a defasagem salarial realmente acontece, não enxergando algo possível de se fazer por esta Casa ou o Executivo. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente solicitou a leitura dos pareceres: a) 02, da Comissão de Meio Ambiente; b) 15, da Comissão de Legislação; sobre o Projeto de Lei nº 1.720, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Proíbe o plantio de plantas tóxicas em logradouros públicos, creches, escolas e praças públicas no município de Rio Pomba/MG. O sr. Presidente disse que esse projeto está tramitando há bastante tempo e o colocou em votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Parecer nº 16, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 340, dos Vereadores Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares: Altera a redação do parágrafo único do art. 119 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência à apresentação das indicações. O sr. Presidente colocou esta proposição em discussão. O Vereador Arilson disse acreditar que a indicação deveria ser válida por quatro anos sem necessitar que outro vereador a apresente. O Vereador Maurílio disse ser contrário porque pode receber pedido de alguma comunidade e ficar na obrigação de apresentá-lo, caso outro vereador não o tenha indicado no mesmo ano. O Vereador Jorge comentou sobre o objetivo das indicações e a sua reserva ao primeiro pelo mandato, porque muitas vezes o atendimento do pedido é demorado. O Vereador Romeu disse ser contrário à manutenção por quatro anos porque é necessário que outro vereador possa apresentar o mesmo pedido ao Prefeito, de forma a viabilizar o atendimento do pedido antes apresentado por um vereador de oposição. O Vereador Jorge disse que muitas vezes o Prefeito não atende a uma indicação pela falta de recursos financeiros. O Vereador Wellington disse que o mais importante é o atendimento da indicação e não o autor do pedido, motivo pelo qual é contrário à alteração do regimento. O Vereador Jair disse não ver problema porque a redação prevê que o primeiro autor

pode autorizar que outro apresente a mesma indicação. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 340 foi colocado em votação e aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Jair de Paula Coelho, Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins e Frederico Senra Condé; recebendo os votos contrários dos Vereadores: Maurílio Rodrigues dos Reis, Wellington Ferreira de Souza e Romeu Moreira Batista. Seguindo os trabalhos foram lidos os pareceres: a) 03, da Comissão de Meio Ambiente; b) 17, da Comissão de Legislação; referentes ao Projeto de Resolução nº 342, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: Altera a redação de dispositivos da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, visando à criação da comissão de defesa animal. O sr. Presidente colocou a proposição em discussão. Encerrada a discussão o Projeto de Resolução nº 342 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O sr. Presidente, ainda que seja atribuição da Presidência, colocou sob a apreciação Plenária pedido da servidora Luciene de Paula Oliveira para até o final do ano exercer suas atividades no horário de sete às treze horas, por motivo pessoais inclusive de cuidados com a saúde e também para trabalhar com maior concentração; explicou o sr. Presidente que a servidora se dispôs a vir no período da tarde quando for necessário ou solicitado por algum vereador. Por unanimidade o Plenário concordou com a mudança de horário. O Vereador Frederico comentou sobre transmissão feita pelo Vereador Wellington via rede social, tratando da Rio Pomba real e da Rio Pomba virtual, da qual ele discorda em parte; disse que em certo momento o Vereador Wellington cita que os vereadores não cobram de forma sensata e mais rígida as providências do Executivo, argumentos com os quais ele não concorda porque todos os vereadores recebem pedidos da população e têm sim a sua forma de cobrar do Executivo; citou o exemplo da construção de uma guarita no loteamento Panorama; sobre os gastos com publicidade relatados pelo Vereador Wellington em torno de setenta e cinco mil reais por ano, disse o Vereador Frederico que se deve entender de uma maneira geral, ou seja, salvo engano ela envolve, por exemplo, os eventos da Saúde, além do marketing da Prefeitura; disse haver ficado subentendido, quando o Vereador Wellington menciona meia dúzia de puxa-sacos, que estava se referindo aos seis vereadores de situação, de modo a achar que o Vereador Wellington faltou com respeito aos vereadores e que ele não tem conhecimento suficiente para chamar os vereadores de puxa-sacos e formadores de grupinhos e conluios. O Vereador Wellington disse que em momento algum a meia dúzia de puxa-sacos foi relacionada aos vereadores, porque deu o nome do Secretário de Obras, Geraldo Coelho, do Prefeito Marcos Pascoalino e do Chefe da Defesa Civil, Hélio Gomes, sendo que a que caberia dar os nomes eles foram dados e as pessoas sabem a quem ele se refere, pois são aquelas pessoas que ficam na rua e lhe dizem que ele não deveria bater de frente com o Executivo para que suas indicações sejam atendidas; sobre a demora para a construção da guarita, disse que o loteamento Panorama precisa de muitas obras; sobre os gastos com publicidade disse que se refere à empresa do sr. Tiago, que recebe mensalmente mais de seis mil e duzentos reais para fazer marketing, mas o registrou fazendo um paralelo com a diminuição do repasse à Polícia Militar; quanto à Rio Pomba virtual ele cita uma cidade linda enquanto na verdade existem muitos problemas a serem enfrentados; disse respeitar

a cada vereador e que deu os nomes a quem caberia dar. O Vereador Frederico que quando o Vereador Wellington cita os três nomes acima descritos, ele o faz com relação à reunião na Av. Manoel Fernandes, mas quando ele cita a meia dúzia de puxa-sacos ele faz um comparativo com o número de mandatos, deixando a entender que se refere aos vereadores a umas duas mil pessoas que chamaram os seis vereadores de puxa-saco pelas ruas. O Vereador Maurílio disse que a população entendeu sim que se tratava dos seis vereadores. O Vereador Wellington disse esperar que os vereadores acreditem na sua palavra, pois quando precisar citar nomes ele o fará. O Vereador Romeu Moreira disse que ele foi o intercessor para a edificação da guarita no loteamento Panorama, após haver conhecido o chefe do DER num outro assunto de interesse do município, mas o importante é que o benefício seja feito ao município, inclusive tendo ele, Vereador Romeu, pedido a redação de um ofício com o nome de todos os Vereadores; disse que a demora na construção da guarita é devido à necessidade de se deslocar os funcionários para atender a outras ocorrências urgentes. O Vereador Romeu disse que até agora não viu oposição ao Prefeito nesta Casa e pediu ao Vereador Frederico que aponte qual projeto do Prefeito recebeu votos contrários; disse não se considerar oposição, mas até mesmo o contrário se considerando de situação. O Vereador Jorge disse que o Vereador Frederico se baseia no resultado das eleições, com seis vereadores do lado do Prefeito e três contrários. O Vereador Wellington disse que será oposição quando o assunto merecer essa posição; sobre o ofício do Prefeito colocando material de licitação requisitado ao dispor na Prefeitura, disse que regimentalmente o Plenário aprovou o envio das informações, e que se o Prefeito decidir não responder aos requerimentos, que ele o faça por escrito para que os vereadores rejeitem os pedidos e ele, Wellington, se tornará oposição; disse que a administração que gasta setenta e cinco mil com marketing não pode questionar o gasto com o envio de quinhentas cópias a dez centavos cada uma, principalmente quando o pedido de informações visa atender aos interesses da população; disse que não irá agendar para olhar documentos porque isso não está previsto na Lei Orgânica e no Regimento, mas sim o envio das informações em prazo estabelecido; falou da ausência do Secretário de Obras e do Chefe da Defesa Civil na reunião de 21 de abril, na Av. Manoel Fernandes, mesmo diante da confirmação do Prefeito, e lembrou que no programa da campanha do Prefeito Pascoalino tratava da canalização do córrego Independência assim com as reuniões coletivas; apoiou a indicação do Vereador Paulo pela necessidade de reforma da sede do Samu; registrou alguns pedidos de informações feitas por ofício e de providências importantes. O sr. Presidente disse que, a bons olhos, o Prefeito respondeu ao pedido de informações, mas que pedirá ao Prefeito o envio das cópias. O Vereador Rafael disse que já se começou a estudar o projeto do saneamento básico que brevemente chegará à Câmara; disse sentir que de alguma maneira alguém tenta afastar o grupo que ele representa, com orgulho, sendo o grupo que comanda e realmente trabalha por Rio Pomba, e às vezes fica incomodado por não ser otário; sobre a reunião no bairro Sol Nascente disse que os moradores ligaram para o seu telefone convidando para um debate na comunidade, convite que ele aceitou com muito carinho, mas por outro lado chegou um convite para reunião na casa 78 e que uma pessoa convocou até o Prefeito, mas citou que aqui se trabalha diferente, Prefeito e Câmara, e deve-se

ir devagar com as coisas; disse que no ano passado teve indicação atendida para a limpeza da Av. Manoel Fernandes e a limpeza do córrego, assim como a canalização do córrego do Sol Nascente; disse que já houve reunião com o Prefeito sobre a chegada do saneamento básico e um projeto interessante que o governo tem é tornar a Av. Manoel Fernandes um local incrível, para o que se trabalha e sonha; disse que talvez as pessoas julguem a ausência dos vereadores, mas a Câmara está aberta para receber os moradores e aqui é o lugar para essas reuniões, não havendo vereador com má vontade; disse que talvez não haja a intenção, mas se cria um afastamento que não é real; disse que a forma de se conseguir algo melhor para a Av. Manoel Fernandes é realmente a participação de vereadores não apenas criticam, porque se chegar aqui e falar mal da defesa civil e da Secretaria de Obras e do Prefeito está se colocando contra ele e o jogando contra a parede, não sendo o melhor caminho. O Vereador Jair disse que foi convidado hoje para a questão do saneamento e participou, mas segundo a fala do Vereador Rafael houve uma reunião anterior, sendo que tanto Rafael quanto Jair fazem parte da comissão designada pela Câmara; disse haver uma diferença quando se trata de haver ou não grupos de vereadores. Os Vereadores Maurílio e Jorge disseram que não foram convidados para reunião anterior sobre assunto de saneamento. O Vereador Jair retirou a sua fala. O Vereador Jorge disse que quando o projeto do saneamento chegar é preciso enxergar o melhor para a cidade e não o melhor para cada um. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia dezessete de maio de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (03 de maio), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão às 19h07min. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofício 0719, sobre Projeto Cemig Educacional no Grupo Padre Manoel; b) Ofício 681, do Prefeito, resposta a indicações; c) Ofício 682, do Prefeito, resposta a indicações; d) Ofício 0278, do Prefeito, sobre o pedido de cópias aprovado pela Câmara. Dando sequência foi lido o Ofício nº 7.847, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando para apreciação da Câmara as contas do Executivo do exercício de 2015. O sr. Presidente disse que o processo de prestação de contas continuaria tramitando, sendo que a Câmara tem 120 dias para concluir. O sr. Presidente determinou a tramitação, por estar aguardando os pareceres das comissões: a) Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da agricultura familiar e dá outras providências. Após, foi lida a mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei nº 1.722, do Executivo: Dispõe sobre a elaboração da lei orçamentária de 2019 e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e anunciou o prazo de quinze dias para apresentação de emendas. Conforme apontamento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a Mesa Diretora apresentou o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Decreto Legislativo nº 180, da Mesa Diretora: Concede a medalha do mérito educacional. Votado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 180 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 143/2017-2ª edição: parada de ônibus na Rua Cel. Francisco Vieira; 2) Indicação nº 320: fechamento do vão central dos mataburros; 3) Indicação nº 321: apoio à Lei do Jovem Aprendiz; b) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 50/2017-2ª edição: semáforos na região central da cidade; 2) Indicação nº 125/2017-2ª edição: redimensionamento da rede de esgoto da Rua Dr. José Reis Santos; 3) Indicação nº 197/2017-2ª edição: providências na Praça Joaquim Alves de Araújo; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 322: limpeza e recapeamento asfáltico na *Estação*; 2) Indicação nº 323: sinalização dos redutores de velocidade; 3) Indicação nº 324: redutor de velocidade na Av. Palmeira Imperial; d) Wellington Netto: 1) Indicação nº 318: limpeza das caixas d'água das repartições públicas; 2) Indicação nº 319: criar horários de transporte público no loteamento Panorama; e) Wellington Netto e Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 325: Promover a divulgação/adesivação nas repartições públicas do direito ao atendimento prioritário das pessoas com TEA (transtorno espectro autista). No pequeno expediente os Vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e trinta e quatro minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente comunicou que a audiência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal para apresentação das metas do 1º quadrimestre de 2018 acontecerá no dia vinte e oito de maio, dezessete horas, na Câmara, sendo obrigatória a presença dos membros da Comissão de Finanças. O Vereador Wellington solicitou a divulgação dessa audiência na rádio Jovem Rio FM, sem custos. O sr. Presidente concordou e disse que providenciará também divulgação por motosom. O sr. Presidente comunicou também que amanhã, às quatorze horas, a Promotora de Justiça irá receber os

vereadores para conversarem sobre a concessão do serviço de esgotamento sanitário. O Vereador Jair falou sobre evento que acontecerá entre os dias 21 a 25 de maio, no parque de exposições, de castração, mochação e outras cirurgias de bovinos, equinos e suínos, pela Secretaria de Agricultura e UFMG; ressaltou a execução pelo Prefeito de algumas indicações da Câmara, como a drenagem da Escola Ignácia Abreu e o recapeamento do Distrito Industrial. O Vereador Wellington falou sobre evento amanhã em benefício da Escola Borges de Moraes, assim como motoclubes que recolherá alimentos para a escola; comentou sobre a resposta do Prefeito e lamentou o não pagamento dos salários do magistério pelo Governo Estadual ocasionando a paralisação dos professores da rede estadual; falou da sua necessidade em obter acesso à formação dos conselhos municipais, conforme oficiado em 2017 sem resposta do Executivo quanto às datas de reuniões dos conselhos; lamentou que na rua Ministro Néelson Hungria ainda haja um veículo abandonado causando transtorno aos moradores; registrou problema no site da Prefeitura na parte ligada ao projeto Vou Empregar Vou Trabalhar; lamentou que amanhã completa um ano sobre o uso de máquina pública em propriedade particular e pouco tenha acontecido nesse tempo. O Vereador Jorge, sobre a coleta e tratamento do esgoto sanitário, disse que será necessário muito empenho e trabalho parlamentar dos vereadores quando chegar a proposta, e que é preciso pensar no bem comum acima de tudo. Registre-se a presença das alunas da Escola Estadual Prof. Borges de Moraes para agradecer ao apoio dado pelos srs. Vereadores em sua participação na 1ª etapa (microrregional) dos Jogos Escolares de Minas Gerais - JEMG, classificando-se para a etapa regional na modalidade Futsal Feminino. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e quatro minutos do dia sete de junho de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (17 de maio), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofício 1766, da Caixa, sobre contrato de repasse para calçamento de vias; b) Ofício 233, do Prefeito, resposta a indicações; c) Ofício 253, do Prefeito, resposta a indicações. Seguiu tramitando o processo de análise das contas do Executivo do exercício de 2015, sendo que o sr. Presidente informou que o gestor da época já foi comunicado e que o processo está com a Comissão de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.723, do Executivo: Autoriza a concessão de bolsas de estudo a participantes do Programa Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa e dá outras providências. Estando presente a sra. Viviane Gomes Vieira, Secretária Municipal de Educação e Cultura, foi-lhe concedida a palavra pelo sr. Presidente, com a possibilidade dos vereadores apresentarem perguntas e, posteriormente, analisarem pedido de urgência para a proposição. A sra. Viviane Gomes Vieira então explicou os objetivos do Pacto Nacional de Alfabetização e como se dá a formação dos professores, trazendo muitos benefícios à rede de educação municipal; informou que desde 2012 o Governo Federal pagava uma bolsa, mas este ano a mesma foi dirigida apenas aos coordenadores e formadores, não abrangendo os professores da educação infantil; disse que as professoras foram consultadas e todas manifestaram o desejo de participar da formação, mesmo sem a expectativa de bolsa, o que depois foi conseguido pela sensibilização do sr. Prefeito; informou que outros municípios estão pagando essa bolsa com os recursos da Educação e que o curso se iniciou em dezembro, sendo as bolsas referentes ao período de fevereiro a maio. Houve perguntas e comentários dos Vereadores Rafael e Wellington. O sr. Presidente agradeceu pelo esclarecimento da Secretária e consultou aos vereadores quanto à concessão do regime de urgência especial. O Vereador Wellington questionou se haveria um motivo para o pedido de urgência e o sr. Presidente disse que o projeto poderia tramitar mas se trata de um projeto simples com longo alcance. O pedido de urgência especial foi aprovado por unanimidade. O Vereador Jair sugeriu que nos próximos anos, diante da possibilidade de algumas pessoas fazerem o curso e o repassarem às demais professoras, pensando na economicidade para o município, poderia ir um número menor de pessoas e repassarem a capacitação. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, Educação e de Finanças. As três comissões foram favoráveis pela unanimidade dos seus membros. Em seguida, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.723, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O sr. Presidente consultou ao Plenário sobre a possibilidade de se votar o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, dos

Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da agricultura familiar e dá outras providências. Disse que já recebeu as sugestões técnicas que estavam sendo aguardadas. O Vereador Wellington solicitou a tramitação para que as comissões possam analisar essa versão final. O sr. Presidente então determinou a sua tramitação e pediu que as comissões tragam os pareceres para a próxima reunião, para a votação do projeto. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.722, do Executivo: Dispõe sobre a elaboração da lei orçamentária de 2019 e dá outras providências. O mesmo foi encaminhado para análise da Comissão de Finanças. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 328/2018: campeonato municipal de integração; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 006/2017-2ª edição: redutores de velocidade no bairro Lindo Vale; c) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 326/2018: manutenção de estrada rural, Cachoeira dos Gonçalves; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 327/2018: manutenção das ruas do *Loteamento Panorama*. No pequeno expediente os Vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e vinte e seis minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente comunicou que é necessário realizar as audiências da LRF 1º quadrimestre de 2018 e LDO 2019; comentou que Gilberto Almeida, que as apresenta, tem compromisso no dia 14, próxima quinta, e que pode fazer a da LRF com a Comissão de Finanças nesta segunda-feira, dia 11, dezessete horas, e a outra, da LDO 2019, no dia 21, dia da Câmara, também às dezessete horas. O plenário acatou então a agenda proposta. O Vereador Wellington disse que fica encabulado em falar sempre da dificuldade de diálogo com o Executivo Municipal, percebendo que a facilidade acontece apenas quando de interesse do Executivo; falou da dificuldade de receber os pedidos de informações da Câmara, de forma que acaba protocolando ofícios diretamente na Prefeitura; comentou que recebeu ofício do sr. Prefeito falando sobre a necessidade de aprovação plenária para os pedidos de informações; lamentou então que requerimentos aprovados em penário ainda não tenham sido respondidos, e que então o mandato tenha que ter uma posição a ferro e fogo, ainda que a oposição ao Executivo não exista; disse que será encaminhada à Câmara uma avaliação da aprovação dos requerimentos listados, esperando contar com a compreensão dos colegas em analisar o seu conteúdo, pois tem a finalidade que os requerimentos são pura e simplesmente um compromisso do mandato com a prestação de informações à população, inclusive para que a Casa não seja colocada como omissa e improdutiva; convidou o sr. Prefeito e sua assessoria jurídica a cumprir, porque o Vereador tem a obrigação de cumprir o Regimento Interno e o Executivo cumprir a Lei Orgânica, não somente em relação aos seus requerimentos, para que se tenha uma relação saudável e produtiva, não devendo ser uma vontade do Executivo dialogar com o seu mandato apenas quando de assuntos de seu interesse (do Executivo). Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO)

Ata da Trigésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e quatro minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (07 de junho), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofícios nº 277, 279, 280, 285, 286 e 287, do Prefeito, resposta a requerimentos aprovados pela Câmara. O Vereador Romeu Moreira Batista compareceu ao Plenário às dezenove horas e sete minutos. O Sr. Presidente comunicou que estava à disposição dos vereadores a minuta do termo de compromisso positivo que foi objeto de reunião com a Promotora no dia quinze de junho para análise e sugestões; comunicou também que haverá segunda reunião no dia seis de julho, quatorzes horas. Seguiu tramitando o processo de análise das contas do Executivo do exercício de 2015, sendo que o sr. Presidente comunicou que o prazo para a Comissão de Finanças emitir o parecer se expira em 10 de julho e o prazo final para devolver ao Tribunal de Contas é onze de setembro. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.724, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina rua com o nome de Francisco Aleluia dos Reis. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.725, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Minas Gerais, para o fim de estabelecer colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado pelo sr. Presidente às comissões de: a) Legislação; b) Saúde; c) Finanças; d) Meio Ambiente; e) Serviços Públicos. Após, foi lido o Requerimento nº 25, da Mesa Diretora: Requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.725. O sr. Presidente comentou que o pedido de urgência não significaria a votação do projeto de lei ainda hoje, mas é devido aos prazos que a Câmara tem para apreciá-lo. Colocado em votação, o Requerimento nº 25 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Rafael Vilela Martins, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas e Jair de Paula Coelho, votando contra o Vereador Wellington Ferreira de Souza. O sr. Presidente então convocou sessão extraordinária para o dia dois de julho, segunda-feira, às dezenove horas, com a finalidade de discutir e votar o Projeto de Lei nº 1.725, assim como as moções de aplausos que forem apresentadas até a semana anterior. Informou também o sr. Presidente que no dia vinte e cinco haverá reunião entre os vereadores para tratar do Projeto de Lei nº 1.725. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Resolução nº 343, da Mesa Diretora: Altera a redação e insere dispositivos na Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara relacionados ao protocolo de indicações,

ao uso de telefone e faz retificações de texto. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para a Comissão de Legislação, substituindo os membros titulares pelos Vereadores Frederico, Wellington e Arilson. Em sequência foram lidas, votadas e aprovadas por unanimidade: a) Moção nº 15, do Vereador Rafael Vilela Martins: Aplausos a Sílvia Florêncio; b) Moção nº 16, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Aplausos a Marcelo da Silveira Pereira; c) Moção nº 17, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Aplausos a Ana Paula Magno. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 330: espaço gospel na exposição agropecuária; 2) Indicação nº 331: ônibus circular urbano nos dias e horários especificados; 3) Indicação nº 332: conserto da academia ao ar livre do Rosa Mística; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 329: construção de passeios; c) Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 333: limpeza dos bueiros da Rua João Moreira de Paiva. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e as proposições. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e cinquenta e quatro minutos, foi lido o Parecer nº 08, da Comissão de Finanças: Projeto de Lei nº 1.722. Em seguida, o sr. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.722, do Executivo: Dispõe sobre a elaboração da lei orçamentária de 2019 e dá outras providências. A audiência pública para apresentação da proposta da LDO 2019 aconteceu hoje, antes desta sessão ordinária. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.722, foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Parecer da Assessora Jurídica da Câmara: Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716. Em seguida, o sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, dos Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: Cria a Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da agricultura familiar e dá outras providências. O regime de urgência especial foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou os pareceres verbais das comissões de: a) Legislação (Frederico, Wellington e Paulo); b) Meio Ambiente (Paulo, Jair e Maurílio). Ambas as comissões se manifestaram favoráveis à proposição. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.716, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade, o qual foi aprovado por unanimidade. Sobre o Projeto de Lei nº 1.725, houve debate entre os Vereadores. O Vereador Rafael disse que tem visitado cidades onde existe o tratamento, outras estão elaborando o PMSB e outras ainda enfrentarão o problema, que é uma realidade e um crime ambiental que gera perdas aos municípios que descumprirem a legislação; disse que os vereadores vêm se reunindo internamente, com a Promotora de Justiça e com a Copasa; ressaltou que o Ministério Público vem orientando a conscientizar a população sobre a necessidade do tratamento do esgoto; comentou que os órgãos do Governo Federal (Funasa) estão quebrados e impossibilitados de passar esses recursos aos municípios, enquanto a Copasa é a única empresa em Minas Gerais a prestar o serviço, apesar de ser complicado de trabalhar com uma empresa pública; ressaltou que a ARSAE é quem regula os preços; orientou as pessoas a procurarem o seu direito à obtenção da tarifa social; quanto ao prazo para execução, disse que as obras deverão estar concluídas em cinco anos; quanto às multas que o município deve pagar, disse sentir medo pois

é assustador; convidou a população a vir à Câmara e discutir as ideias; quanto ao argumento de que a Prefeitura deveria pagar, ele concorda, mas sabe que o município não tem recursos financeiros; convidou a população a vir à Câmara para debater a ideia, mas não vê outra solução a não ser conceder o tratamento do esgoto, reduzindo a proliferação de doenças, mau cheiro e animais indesejáveis. O Vereador Jair disse se tratar de um projeto difícil que afeta a todos; ressaltou ser uma responsabilidade de cada vereador votar justificadamente, que os mesmos estão procurando soluções, inclusive na Diretoria da Copasa, quanto a menores taxas; indigna-se ter havido verba para a realização do serviço, cabendo ao MP tomar as providências, enquanto ao município cabe penalizações que são arcadas por todos os contribuintes; disse ser preciso analisar prós e contras, mas é uma realidade o fato do município não ter como arcar com esse investimento; manifestou apoio à greve dos professores da rede estadual que estão protestando pela falta de pagamento salarial. O Vereador Romeu Moreira deixou uma mensagem ao Secretário de Saúde, para que ele verifique o tamanho das filas para a marcação de consultas nos postos de saúde, com muitas pessoas chegando cinco horas para marcar e o médico às vezes falta ao trabalho; falando do projeto do saneamento, recordou que em 2010 veio à Câmara pessoal da Copasa para discutir sobre a implantação da rede de esgoto e da água, nos valores de sete milhões e três milhões respectivamente, mas sem previsão de início das obras; em 2014 o projeto de lei veio à Câmara e realizou-se várias reuniões, tudo um caos e um projeto vago, sem valores e sem cronograma; em 2015 o projeto foi rejeitado por unanimidade, mas havia o prazo de até 2017 para os municípios cumprirem essa obrigação sob pena de receberem multa, de forma que agora não há muita escolha para o município, já tendo sido feitas diversas reuniões e restando acreditar e dar um voto de apoio ao projeto; sem querer influenciar os demais vereadores, manifestou-se a favor do projeto de lei por haver acompanhando o assunto desde 2010 e tendo em vista as melhorias que a cidade receberá, apesar de doer no bolso da população; comentou ainda que a Copasa está interessada em Rio Pomba para manter a concessão da água, caso contrário ela não teria interesse em assumir o esgoto. O Vereador Wellington Ferreira de Souza disse que é inquestionável a importância e a necessidade do tratamento do esgoto, mas existem dúvidas e inquietações sobre a empresa Copasa, que tem a preocupação de servir à sociedade mas também tem interesse em ganhar dinheiro; disse que o Vereador Rafael informou conhecer cidades onde ela iniciou os trabalhos, mas de outra forma ele, Wellington, sabe que a Copasa, do alto da sua imponente como a única empresa de Minas que pode prestar o serviço, certamente sequer se preocupa em obviamente a alteração de alguns pontos importantes para os cidadãos; fez cálculos do faturamento da Copasa em Rio Pomba baseado na tarifa fixa, apontando o faturamento anual de um milhão e cem mil reais, de modo que o valor de dois milhões que a Copasa pagará ao município estará resgatado em pouco mais de um ano; disse não ser contra a esses tratamentos, mas disse ser contra uma empresa determinar prazos e não cumpri-los; disse que pediu informações financeiras à Copasa mas ainda não as recebeu, para facilitar a defesa do projeto. O Vereador Jair perguntou se o vereador obteve acesso às taxas cobradas em Cataguases. O Vereador Wellington disse que não, e que lá as taxas iniciaram mais baixas e foram subindo, diferentes das propostas para Rio Pomba, iniciando-se em

2009. O Vereador Jair disse o diretor da Copasa, Frederico, informou que os contratos anteriores a 2017 não tinham exigência quanto à questão do tempo para realização, e que hoje a ARSAE exige o cumprimento do cronograma que, não cumprido, a ARSAE aplica multas, sujeitando até mesmo o diretor a improbidade administrativa. O Vereador Jorge disse que foi perguntado ao diretor da Copasa quanto ao medo da população pagar e não receber o serviço, mas foi respondido que se a Câmara hovesse votado em 2010 ou 2014 estaríamos na mesma situação, mas os municípios de hoje são diferentes porque a Copasa é uma empresa que está lucrando e não se justifica a demora; disse também que hoje Rio Pomba já tem sentença judicial e o prazo de cinco anos do PMSB tem que ser cumprido, mediante fiscalização da ARSAE e do Ministério Público. O Vereador Wellington disse ficar temeroso porque por mais que a Copasa tenha essa informação, disse que foi feita no ano passado audiência pública em 23 de outubro sobre esse comprometimento, podendo passar a ata aos colegas. O Vereador Romeu falou da proposta de vincular a concessão da água ao esgoto para execução no prazo de cinco anos, sendo que o diretor da Copasa alegou não ser necessário porque terão interesse em concluir a obra, pois após os cinco anos não se cobra mas a taxa. O Vereador Romeu disse estar muito tranquilo para votar no projeto atual, diferentemente dos que foram enviados antes. O Vereador Wellington disse que o maior temor é de que a empresa não cumpra os prazos e a responsabilidade da Câmara dada através do voto de expectativa de fé na Copasa, empresa com alto poder aquisitivo que não brinca em serviço; falou da necessidade da população se manifestar nas audiências públicas; disse que venceu no dia dezesseis de junho o prazo para encaminhamento dos documentos aprovados em requerimentos da Câmara, não sendo suficientes o encaminhamento de ofícios de resposta, mas sim dos documentos efetivamente requisitados. O Vereador Jair sugeriu que os documentos sejam digitalizados e fornecidos à Câmara. O Sr. Presidente disse que com agendamento é possível ao vereador obter as cópias; quanto ao serviço de saneamento básico, disse que qualquer empresa que o assuma cobrará as taxas da ARSAE. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início à ordem do dia e determinou a leitura da Moção nº 18, do Vereador Romeu Moreira Batista: aplausos a Mariza Maria de Souza Soares. O autor falou sobre o mérito do nome proposto. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi lida a Moção nº 19, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: aplausos aos professores Rafael de Freitas e Souza, e Helvécio Pinto do Nascimento. O autor falou sobre o mérito dos nomes propostos. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Após, o sr. Presidente determinou a leitura do parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 1.725/2018. Em seguida, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões permanentes sobre o citado projeto de lei. Os pareceres foram os seguintes: a) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: os Vereadores Rafael e Paulo votaram pela legalidade do projeto e o Vereador Wellington votou contrário; b) Comissão de Educação, Saúde e Assistência: os Vereadores Maurílio e Frederico votaram pela legalidade do projeto e o Vereador Wellington votou contrário; c) Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: os Vereadores Frederico, Jair e Arilson votaram pela legalidade do projeto; d) Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal: os Vereadores Paulo, Jair e Maurílio votaram pela legalidade do projeto; e) Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais: os Vereadores Arilson, Rafael e Romeu votaram pela legalidade do projeto. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.725, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cooperação com o Estado de Minas Gerais, para o fim de estabelecer colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências. Estando presente no recinto o Dr. Douglas Chaves Gomes, Assessor Jurídico do Município, o sr. Presidente o convidou a falar sobre o projeto. O Dr. Douglas então disse que o projeto encaminhado vem de demanda judicial do Ministério Público (MP) contra o Executivo obrigando o mesmo a tratar do esgoto de Rio Pomba, ação essa impetrada em 2017 e com liminar do juiz dando o prazo de um ano para o tratamento do esgoto; disse que o município recorreu à segunda instância e a decisão foi mantida; foi recorrido também à Funasa e à Agevap onde se poderia buscar recursos para tratar o esgoto por conta própria, mas nenhuma dessas fundações tinham recursos; disse que todos os passos eram informados nos autos e o MP estava a par de tudo; restou então ao Executivo procurar a Copasa por ser a única companhia que trata de esgoto em Minas Gerais; disse que se iniciaram as tratativas com a Copasa e os vereadores e que o projeto dá uma autorização para que o Executivo assine um convênio com o Estado de Minas Gerais, assim como todo convênio a ser assinado pelo Executivo, e após essa celebração de convênio aí sim haverá audiências públicas com a presença da Copasa onde serão tratados sobre o cronograma, tempo de duração e prioridades;

disse que após essas audiências públicas, estudos, aprovações e análises com a Copasa e participação do Executivo, Legislativo e comunidade, aí sim o município celebrará um contrato de programa com a Copasa e após a assinatura desse contrato é que a Copasa estará autorizada a cobrar as taxas; comentou que essas taxas são determinadas pela ARSAE, a agência regulamentadora que impõe esses valores ao município caso ele fosse operar diretamente o tratamento do esgoto, como acontece com todas as tarifas. O sr. Presidente disse que concederia quinze minutos para cada vereador se manifestar e depois colocaria o projeto em votação. O Vereador Jair de Paula Coelho disse que foram eleitos para tomar decisões das quais não se podem ficar alheios; comentou que os vereadores foram a Belo Horizonte se reunir com a Copasa e entraram em contato com a ARSAE; comentou que o projeto gera impacto quando chega e todas as dúvidas que a população tem os vereadores também tinham; não se furta à responsabilidade de estar aqui e os vereadores buscarem melhorias para o projeto, mas infelizmente quem regula o assunto é a ARSAE, como ocorre com a Cesama JF e Rio Pomba não será diferente disso; depois de todas as buscas tentando o melhor e de ir ao fórum duas vezes conversar com a Promotora, inclusive do MP Ambiental, e todas foram muito claras quanto ao tratamento do esgoto como algo necessário ao município; questionou como o município fará isso se não tem dinheiro em caixa para isso, restando o mecanismo de buscar o convênio com uma empresa e a única é a Copasa; disse que respeitará as manifestações que são direitos do público, mas os vereadores não podem fugir à responsabilidade; comentou que na audiência pública é que a população terá voz e que ela talvez seja mais importante do que esta reunião, porque nela serão estabelecidos prazos e metas, as quais, se descumpridos, acarretarão ações do MP contra a empresa; é importante deixar claro que a Câmara vota projeto autorizando ou não o Executivo a celebrar o convênio, sendo importante a presença da população nas audiências públicas; disse que jamais votaria a favor ou contra sem possuir um embasamento e disse que se fez tudo o que era possível para encontrar a melhor solução; disse que ninguém fica satisfeito com a cobrança de uma taxa, mas há certos momentos em que não se enxerga outra saída. O Vereador Arilson Neto Santos Freitas parabenizou ao Vereador Jair pelas palavras mas manifestou o seu pedido feito à Câmara para que se fizesse a divulgação, sendo que o Presidente lhe explicou que não foi feita por falta de tempo, mas essa divulgação deveria ter sido feita para explicar ao povo sobre o projeto que está aí para ser resolvido; pediu ao Secretário, Rafael, para que falasse mais sobre o projeto no que diz respeito à multa que o município pode ter, sobre o pagamento que sairá do bolso do contribuinte, para conscientizar o povo do que está sendo votado; disse que foi divulgado na moto hoje e parabenizou, pediu ao Executivo que fizesse a conscientização, a qual foi feita apenas nos postos de saúde mas deveria ser sido feita melhor; disse que até a semana passada estava contra o projeto, mas hoje é preciso conversar e ver o que pode ser feito; recordou que pediu a audiência pública antes da votação e ela não foi feita, a qual será bem explicada, como disse o Vereador Jair, para o povo entender o que será votado. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que infelizmente não deu tempo de divulgar conforme se queria, que foi colocado no Facebook, e que as pessoas entenderão no dia em que estiverem à frente do Legislativo, pois aqui não se pode comprar como um cidadão comum, existindo trâmites a serem cumpridos; disse que

o programa está sendo feito e a informação ainda sairá; disse que o cronograma somente permite a audiência pública depois da aprovação, porque não há como tratar metas de uma coisa que não foi autorizada. O Vereador Rafael Vilela Martins disse que este é o projeto mais difícil do seu mandato; que respeita a opinião e a manifestação de todos e gostaria de pincelar sobre esse assunto, começando por dizer que se tem trabalhado esse tema há uns sessenta dias, assunto que está sendo falado nas reuniões para um público de duas ou três pessoas, apesar de convites nas redes sociais, e hoje vem o dia da votação com um público maior; disse que a Justiça vem atrás do Executivo porque pegar água limpa do rio e devolvê-la suja é um crime ambiental, o qual pode ocasionar falta de água no futuro; citou que a falta de saneamento básico causa várias doenças, citando algumas; disse que então a Justiça sanciona uma multa diária ao município e que este deixará de receber ICMS ambiental e diversas outras emendas e convênios voltados à saúde; falou do mau cheiro percebido por qualquer cidadão, em alguns lugares até se tapando o nariz; comentou que se a política tivesse sido ganha por outro gestor, com total sinceridade, disse que esse outro gestor teria que apresentar o mesmo projeto, o que é sabido pelos nove vereadores, sendo esta a única solução, doa a quem doer, inclusive nele próprio diante da responsabilidade que lhe cabe; disse que o projeto é impopular e os cidadãos não o valorizam, mas existem outros que valorizam o saneamento básico; disse que hoje se dá uma autorização para começar as conversas, a atualizar o PMSB, fazer audiências públicas, discutir prazos que prevê o máximo de cinco anos para o tratamento do esgoto, sendo que essas metas e prazos se não forem cumpridos impedem a cobrança de qualquer taxa pela Copasa; disse que a taxa hoje é em torno de trinta e sete por cento, passando em 2020 para 25%, cabendo às pessoas de baixa renda, ou seja, aquelas família onde a renda por morador seja menor que meio salário, o pagamento de meia taxa, sendo importante o cadastramento dessas famílias como forma de ajudar na renda; lembrou que quando a Prefeitura extinguiu a autarquia que cuidava da água e passou à Copasa se gerou o mesmo transtorno porque as pessoas pagavam uma taxa mínima, mas basta ver quantos benefícios a Copasa trouxe para a cidade; disse que esse projeto marcará uma mudança drástica no município, acabando com o mau cheiro, tendo um esgoto tratado, devolvendo ao rio uma água de qualidade, projeto que chegará a todos os municípios; relatou que foi a Belo Horizonte, à Promotoria Pública e Promotoria Ambiental, percorreu todos os caminhos e aqui foi onde se chegou; disse que gostaria de chegar aqui e ouvir outra solução, o que seria bom para seus ouvidos, mas não há outra solução para o esgoto de Rio Pomba. O Vereador Arilson pediu que o Vereador Rafael falasse sobre a multa. O Vereador Rafael disse que a multa diária pode chegar a dez mil reais diários para o município, há existindo julgamento do Dr. Diego (ex Juiz da Comarca), que se pode jogar para o outro mandato mas ficar sem o ICMS Ambiental e diversos convênios voltados ao município, continua se convivendo com internações hospitalares; disse não ser uma obra barata e convidou a população a vir aqui a cada quatro meses para acompanhar os gastos do município com saúde e educação, estando se vivendo a maior crise política do Brasil, com um déficit do Governo do Estado nos repasses; disse que no governo anterior o Dr. Fernando tentou enviar esse projeto por duas vezes, mas a Câmara nunca o votou porque o prazo era até 2017, sendo possível

então segurá-lo e empurrar para a frente, jogando com a barriga; disse que agora esse problema chega à Câmara e ele, Rafael, não é culpado mas também não deve se esconder das suas responsabilidades; falou da necessidade de se votar esse projeto e brigar por ele, amanhã a população achando que ele fez uma ruim escolha para o município ele respeitará da mesma maneira, mas não pode se esconder à realidade; disse ser muito mais fácil chegar aqui, fazer política e votar contra, o que seria muito bom e ele seria aplaudido; disse que não está votando às escondidas e a Câmara está cheia para ouvir a realidade. O Vereador Wellington Ferreira de Souza disse respeitar todos que estão aqui e que o seu voto não será político, tenha ele vindo do lado A ou do lado B; citou que o Prefeito até hoje não teve oposição direta nessa Casa e tudo o que ele enviou foi apreciado com responsabilidade, a não ser quando ele quis mudar o Estatuto dos Servidores e a Câmara deu o grito e o projeto foi retirado; disse que pediu muito a Deus que o abençoasse nesse dia de hoje e, mesmo votando contra, não é um voto fácil de se dar; primeiramente disse que a Copasa, respeitando os funcionários pois estava falando da empresa, ela é incompetente em mais de seiscentos municípios onde atua; relatou que no dia 23 de outubro de 2017 houve uma audiência pública em Belo Horizonte promovida por diversos prefeitos e vereadores, na qual a Presidente Sinara não compareceu porque para ela não faz a menor importância o que acontece nos municípios onde a empresa bilionária que é a Copasa atua, porque se fizesse diferença ela estaria lá; disse que no dia 07 de agosto acontecerá outra audiência e ele, já com esse projeto aprovado, estará lá para lhe fazer algumas perguntas; disse que essa discussão aconteceu na Prefeitura assim que o Pascoalino tomou posse por causa do termo de ajustamento de conduta apresentado ao ex-Prefeito no final do seu mandato e que não foi assinado porque logicamente não lhe caberia a responsabilidade; disse então que o Prefeito Pascoalino já tinha a responsabilidade de olhar por isso quando tomou posse, lamentavelmente esse assunto só chegando aos vereadores em 2018, sendo que talvez teria dado tempo, já que a Prefeitura gasta mais de 70 mil com propaganda, de divulgar para a população e se fazer uma discussão mais ampla do assunto; disse entender que a audiência pública só acontecerá depois do projeto aprovado e a população fica com essa mesma dúvida que ele vê em cada um, de que mesmo estudando o projeto ainda restam dúvidas; citou cidades como São Sebastião do Paraíso, Divinópolis, Virgem da Lapa, Extrema, com as quais ele fez contato e não encontrou uma pessoa que elogiasse a Copasa, onde foi prestado mesmo convênio que se aprecia hoje; disse que gostaria de executar um áudio que pode gerar uma nova postura; citou reunião dos vereadores de onde surgiram oito propostas e que a Copasa aceitou apenas duas, as quais não fazem cócegas no orçamento da Copasa, não sendo mais do que obrigação porque estão em Rio Pomba há mais de trinta anos e gostaria de saber através de ofício que protocolou na Copasa no dia 30 de maio pedindo informações e não obteve, sendo a Copasa incompetente até na hora de dar informação; questionou quem aqui não tem uma história de problema com a Copasa. O Sr. Presidente, em aparte, disse que a Copasa não respondeu ao ofício mas se colocou à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida. O Vereador Wellington seguiu dizendo que ele é uma autoridade que representa essa gente e a Copasa tem que respeitar isso. O sr. Presidente disse concordar mas perguntou se os vereadores que foram até a Copasa não são

autoridades, sendo que a empresa se dispôs e abriu as portas para sanar as dúvidas, talvez até entendendo que as mesmas estavam sanadas e por isso não tenha respondido. O Vereador Wellington disse que o projeto chegou nessa Casa no dia 18 e antes disso os documentos foram entregues; quando o Prefeito disse que a reunião (com a Diretoria da Copasa) aconteceria no dia 14, ele, Wellington, ficou sabendo que haveria essa reunião na terça-feira e de terça para quinta é um prazo muito pequeno para que se consiga pegar toda uma agenda e existe nessa Casa dois colegas de uma bancada dita como situação e oposição, o que na realidade não existe, e esses dois colegas foram, mas baseados no relatório de contribuição que o Prefeito pediu e que os vereadores encaminharam e a Copasa aceitou apenas o foro de Rio Pomba e que as entidades pudessem receber os seus descontos, porque isso não faz a menor cócegasinhas para ela, mas o que se queria discutir é a questão da multa que fica somente com a Arsae, portanto não pode ir a Belo Horizonte por causa de compromisso pessoal e de extrema responsabilidade que devia aos profissionais que trabalha com ele, mas foi bem representado pelos colegas; disse que a Copasa não se importa com o que se fala, não se importa com cidades como Divinópolis e Patos de Minas que têm um poder de arrecadação maior que o de Rio Pomba, ficando ele a pensar o que a Copasa pensará de um município de 18 mil habitantes no interior da Zona da Mata, se ela o respeitará como deve; afirmou o Vereador Wellington que ela não irá, pois está aqui há quase 40 anos e ele perguntou o quanto ela investiu na cidade para que talvez ele mudasse o seu voto; mas ela é uma empresa que investe então os vereadores terão que votar a favor porque é uma empresa que investe, mas com todo respeito aos funcionários ela é uma empresa que rasga as ruas e o buraco fica pior que encontrou; questionou como então acreditará nessa empresa e vai enfiar um projeto desse e votar a favor, mas com todo respeito aos colegas não consegue fazer isso; disse que pediu à Copasa o relatório das perdas, vasamentos, porque se o índice de perdas for alto significa que a empresa não investiu em melhorias e vice-versa; disse ser uma empresa que não dialoga e que respondeu aos vereadores em Belo Horizonte “isso não dá para mudar”; disse que foi oferecido para ela numa proposta que ele falou até com a Promotora, a quem respeita muito mas gostaria que ela também desse tanta brevidade nesse assunto quanto a denúncia que ele fez ao Ministério Público sobre máquina da Prefeitura atuando em terreno particular e isso o Ministério Público não atuou; recordou que foi feita uma reunião com a Promotora onde ela disse que ele não poderia votar contra sem apresentar uma proposta; comentou que hoje a Prefeitura de Rio Pomba faz a coleta, que é pegar o esgoto que sai das casas e jogar no rio, sendo o que dá para fazer, porque já se pagou a obra na década de noventa mas alguma coisa aconteceu que no papel está pronto mas no troço não está; seguiu dizendo que em 2017 o Pascoalino mandou para cá uma decisão de que o município estava sendo penalizado porque estava devendo a respeito do caso da Funasa e tendo que pagar uma dívida de mais trezentos e dezessete mil reais por roubalheira e irresponsabilidade, já pagas duas vezes e se preparando para pagar de novo; disse para se prepararem porque é uma empresa incompetente e ele não tem amigo na direção da empresa não tendo então que elogiar ninguém; disse que o documento que veio para cá para os vereadores estudarem tem o histograma de faturamento e foi apresentado um faturamento bruto do mês de outubro de 2017 de

343 mil reais, imaginando que serve de parâmetro médio e por isso foi enviado pela Copasa, o qual, se for pego e multiplicado por doze se obterá R\$4.125.732,00 no ano referente à água; então, disse o Vereador que somente de tarifa fixa a Copasa cobra 91 mil no mês, em um ano somando R\$1.100.000,00 só de taxa fixa; disse que a Arsae criou quatro mecanismos de cobrança e que ela é uma empresa do Estado, do incompetente Pimentel, e que a Copasa irá dizer que a Arsae definiu a melhor tarifa, claro, sendo também empresa do Estado, coleguinhas de colégio que tomam café junto, decidiram que a melhor forma de cobrar é você pagando mesmo que seja antes da obra pronta; disse que foi apresentado à Promotora e para os colegas da Copasa, a empresa que não conversa, que tem uma Presidente que ninguém consegue vê-la, a dona Sinara, talvez nem os colegas de mesa dela, eles pegam então e dizem que vai ser essa cobrança e pronto, já que a Prefeitura faz só a coleta e joga no rio, o que é horrível, e aí a gente paga uma vez por ano no IPTU de 12 a 16 reais, pagar pegar e jogar no córrego; disse que a Copasa seis meses depois do contrato fará a mesma coisa, pegando o esgoto da sua casa, jogando no rio e nós vamos pagar por isso, inclusive pagar para poluir; disse que alegarão ser injusto o que ele está dizendo e mentira, mas não é mentira, pois ela coleta e joga no rio como a Prefeitura faz; aí dirão que tem a manutenção, tem funcionários, tem manilha, mas a Prefeitura faz isso do mesmo jeito e cobra uma vez por ano; disse que a Copasa precisa de dinheiro para começar a obra e então é preciso conversar, porque a Prefeitura poderia dizer que ela cobre depois de começar a obra, mas isso não pode porque é a Arsae que manda; enfim, disse que a questão é essa e seria interessante o município entender que na conversa com a Promotora ela disse que a qualquer sinal de manifestação do município a multa será segurada, de modo que é preciso ter cuidado com o discurso da multa, e que então o município pode informar que está criando uma agência reguladora municipal, sendo essa ideia do colega de Patos de Minas, onde se paga 50% e não se tem o esgoto tratado; na cidade de São Sebastião do Paraíso se paga 98% e tem apenas 50% tratado, querendo ele dizer que a Copasa é uma empresa incompetente e não é ele quem diz, são Divinópolis, Patos de Minas, Alfenas, Conselheiro Lafaiete onde houve CPI, Cataguases, Santos Dumont; disse haver uma lei de licitação que permite retirar a obrigatoriedade de licitação para empresas que prestam serviço para o Estado, de forma que o município poderia abrir a empresa reguladora e fazer uma convocação para que seja um trabalho feito diretamente, porque o convênio pega o município e joga a responsabilidade para o Governo do Estado, que é incompetente e todo mundo que passa lá só quer saber de roubar e não estão pagando professores, como o Estado vai querer cobrar e dizer que vai investir aqui; perguntou se o Estado vai querer investir aqui porque somos da Terra da Lola e respondeu que não; disse que o seu voto será contrário por ter certeza de que pegaremos o problema da multa, que talvez seja a única justificativa plausível, e de repente se consegue criar a agência reguladora, ainda que demore; disse que temos aqui uma lei que foi aprovada em 2013 falando sobre o saneamento básico dando competência ao conselho municipal de saneamento básico, o qual não existe ainda apesar de ser importante porque a ele compete opinar, dar parecer de projetos que estejam relacionados à política de saneamento básico assim como convênios, mas não se tem o conselho montado infelizmente, cabendo a ele ainda aprovar as tarifas, taxas

e preços do serviço de saneamento, encaminhando propostas de tarifas à agência da Arsae, que é quem toma cafezinho com a Copasa; disse que seu voto é contra por ter certeza de que isso dará problema e se não tiver da parte da Copasa é porque ela é dita como a única que presta o serviço no Estado e por isso fica nessa situação, motivo pelo qual o MP tem que respeitar o município de Rio Pomba, e questionou quais os outros municípios estão com a faca no pescoço. A pedido do Vereador Wellington, o sr. Presidente autorizou e foi reproduzido um áudio trazido pelo solicitante, da fala de um vereador de Patos de Minas, formado em Direito e professor universitário. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o município hoje não consegue verba do Governo Federal, o que é um prejuízo enorme, e lembrou que em 1998 veio uma verba para tratar o esgoto de 220 mil, verba essa que o governo ficou e passou para o outro governo falando para o tribunal do juri que faltava apenas sete por cento para ser concluída a obra; desafiou o Vereador Romeu a qualquer um a apontar onde falta apenas sete por cento dessa obra de tratamento; citou que o governo que recebeu a verba foi de Antônio Fernando Fernandes Caiafa e outro foi o Giovani, que não deu continuidade porque não tinha como dar continuidade numa obra que faltava apenas sete por cento; disse não haver chance de se conseguir nada do Governo Federal, falando com muita propriedade; seguiu dizendo quem em 2010 veio o pessoal da Copasa, sentou do seu lado e trouxe um convênio muito vazio, sendo que nas duas vezes ele votou contra; recordou que a primeira pergunta ele fez ao pessoal da Copasa foi sobre o prazo para iniciar a obra, ao que responderam não saber, deduzindo então que não sabem quando iniciar e tampouco quando terminar; em 2010 o projeto não chegou a vir e em 2014 o projeto voltou, mas o contrato não falava quando começar e nem quando ia terminar, passaram video explicando a necessidade da qual todos sabem e querem o córrego canalizado, projeto que ficou nessa Casa em 2014 e em 2015 foi rejeitado; lembrou que havia o prazo de até 2017 para negociar; comentou que a verba de 220 mil reais veio para essa Casa em 317 mil reais de multas para parcelamento, da qual o município já pagou mais de 70 mil reais, processo que ainda está na justiça para punir o Prefeito anterior que não sabe o que fez com a obra; comentou que os vereadores já se reuniram com a Promotora, foram negociar com a Copasa e estão fazendo de tudo; disse que cada vereador vota com a sua consciência e o seu compromisso e o que é melhor para Rio Pomba; citou que a taxa de esgoto do IPTU irá sair a partir do ano que vem e queria que alguém apresentasse uma saída, algo que ninguém tem, mas apenas mais multa para o município no final do ano; disse ser necessário ter responsabilidade e não ser possível agradar a todo mundo; disse que seu voto é favorável e disse que os vereadores negociaram sim muita coisa, como a vinculação do tratamento da água ao do esgoto, sendo que a Copasa está há quase dez anos trabalhando sem a liberação do convênio da água; explicou que o contrato será vinculado num prazo de cinco anos para a realização da obra, após o qual o contrato se tornará sem efeito, o que foi elogiado pela Promotora; disse que foi negociada muita coisa e mais ainda será possível com as audiências públicas, sendo este o passo para o Prefeito tentar negociar, com a presença dos vereadores e da população que poderá se manifestar. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que a Promotora disse que infelizmente a situação de Rio Pomba era desfavorável e a da Copasa privilegiada porque o município hoje está cometendo crime ambiental e

que a multa diária é de cem reais podendo chegar em breve espaço de tempo a dez mil; disse que o município não tem condições de arcar com essa multa e que esse projeto é impopular, como qualquer um que mexa no bolso do cidadão, mas é preciso pensar no futuro e a solução é essa, não se podendo simplesmente dar a descarga e jogar na casa do vizinho; que a Promotora disse que todos os municípios da sua jurisdição serão notificados e Rio Pomba está cometendo crime ambiental desde o final de março, que foi o último acordo vencido; disse que não se pode pensar em votar contra esse projeto para ser aplaudido e parecer bonzinho e contra taxas, pois é uma questão de saúde pública e o serviço da Prefeitura não é bem feito, bastando passar no bairro novo do Santa Helena e sentir nitidamente que as redes estão ligadas à rede fluvial, sendo necessário pensar nas pessoas que moram lá; comparou com o mesmo caso da concessão do tratamento da água, que a Prefeitura não fazia um serviço bem feito e se obteve muitas conquistas com a implantação do tratamento de água pela Copasa, bastando fazer uma pesquisa para saber o tanto de doenças que desapareceram; disse que a Copasa foi bem clara no sentido de não querer o esgoto, pois é muito mais fácil tratar de uma água limpa do que tratar merda para devolvê-la limpa ao meio ambiente, sendo muito mais caro; se pensar em questão de custos, a água é algo quase limpo, mais fácil de ser beneficiada e fornecida às casas, diferente do esgoto; disse que segundo a Promotora todos os municípios serão responsabilizados e notificados com prazos; disse haver perguntado à Promotora se haveria a possibilidade de fazer e votar um convênio para pagar depois da obra pronta, ao que a Promotora respondeu se os vereadores conhecerem alguma empresa que faça isso podem apresentar a ela. O sr. Presidente anunciou a votação do Projeto de Lei nº 1.725, o qual foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Rafael Vilela Martins, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas e Jair de Paula Coelho; votando contra apenas o Vereador Wellington Ferreira de Souza. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia dois de agosto de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (21 de junho e 02 de julho), as quais foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofícios nºs 670 e 672, da Caixa Econômica Federal, sobre repasse de recursos financeiros; b) E-mail de Vanessa Gaudereto cumprimentando pela aprovação da Política Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar. O sr. Presidente determinou a leitura da Portaria nº 341, que autoriza conceder uma medalha do mérito educacional. Consultado pelo sr. Presidente, o Plenário homologou unanimemente a portaria. Passando às proposições, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.724, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina rua com o nome de Francisco Aleluia dos Reis. O Presidente da Comissão de Legislação, Vereador Rafael, convocou reunião para o dia dez de agosto para apreciar as matérias que estão com a comissão. Em seguida foram lidas as emendas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 343, sendo a Aditiva nº 01 e a Subemenda à Aditiva nº 01. O Projeto de Resolução nº 343, da Mesa Diretora: Altera a redação e insere dispositivos na Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara relacionados ao protocolo de indicações, ao uso de telefone e faz retificações de texto; seguiu tramitando, assim como as emendas, para análise da Comissão de Legislação. A seguir foi apresentada a Moção nº 20, do Vereador Romeu Moreira Batista, de aplausos a Maria da Paz Dias Faria. Esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 337: bancos no terminal rodoviário, 2) Indicação nº 338: providências na Praça Ruy Batista Santiago; 3) Indicação nº 340: iluminação pública na Rua Diógenes Coelho Gomes; b) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 334: redutor de velocidade no bairro Santa Isabel; c) Wellington Netto: 1) Indicação nº 44/2017-2ª edição: providências no loteamento Panorama; 2) Indicação nº 335: aumento do patrulhamento nos bairros Lindo Vale e Praça Dr. Último de Carvalho; 3) Indicação nº 336: liberação de uso da Escola Municipal Severino Costa Vieira à Associação Ecoletivo; d) Jair de Paula Coelho e Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 342: manutenção das estradas rurais de Carmos e Cavacudos; e) Paulo Henrique da Silva, Jair de Paula Coelho e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 18/2017-2ª edição: providências no bairro Estação – retirada do transbordo; 2) Indicação nº 339: providências na comunidade de Coelhos. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e as proposições apresentadas. O Vereador Jair falou sobre a necessidade de manutenção das estradas rurais de Carmos e Cavacudos, assim como a mudança do local do transbordo, atualmente na *Estação*; e sobre a necessidade de reforçar a rede de energia

elétrica dos Coelhos. O Vereador Rafael também relatou problemas ocasionados à comunidade da *Estação* pela existência do transbordo. O Vereador Maurílio falou sobre o problema dos motoqueiros no bairro Santa Isabel e também sobre as estradas dos Carmos, que está muito ruim. O Vereador Jorge falou sobre a necessidade do terminal rodoviário dispor de mais bancos e a possibilidade de ampliar a Praça Ruy Santiago para melhor uso pela população; falou também sobre a iluminação na Rua Diógenes Coelho Gomes. O Vereador Jair sugeriu que se faça uma indicação pedindo a construção de rede de captação de águas pluviais na Rua Diógenes e o Vereador Jorge apoiou. Às dezenove horas e trinta e seis minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 09, da Comissão de Finanças: prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2015 – aprovação das contas; assim como o Projeto de Decreto Legislativo nº 181: aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2015. O sr. Presidente comunicou que o prazo para envio do julgamento ao Tribunal de Contas termina em onze de setembro, que o gestor responsável já estava ciente de que a votação aconteceria hoje, e que a ata desta sessão ainda tem que ser aprovada para remessa ao TCE. Então, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 181. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2015, foi aprovado por unanimidade pelos votos dos Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. O Vereador Maurílio pediu informações ao sr. Presidente sobre a ponte da Jalapa e este respondeu que o edital foi publicado e está se aguardando a conclusão da verba. O Vereador Arilson, sobre a aprovação do projeto da Copasa, disse que os vereadores procuraram muitas informações e algumas pessoas reconhecem a aprovação como um acerto, enquanto outras pessoas estão divulgando informações falsas e caluniosas. O Vereador Rafael lamentou a presença de poucas pessoas na sessão de hoje e o desinteresse da população, que não vindo à Câmara deixa de conhecer importantes trabalhos dos vereadores; prestou informações ligadas ao artesanato e cultura; agradeceu pela manutenção da ponte do Tejuco e o asfaltamento de algumas ruas, apesar de haver algumas prioritárias que não foram atendidas; relatou também a necessidade da drenagem pluvial da Rua Diógenes Coelho. O Vereador Arilson lamentou que o corte de horas extras esteja prejudicando serviços como o da rede de esgotos. O Vereador Rafael disse que parece ter havido um desencontro entre o que o Prefeito disse ao Secretário de Obras, porque o alvo eram as horas extras não necessárias, e que acabou de escutar do Prefeito que era para trabalhar até no domingo, se possível, e que não seria cortada nenhuma hora extra da turma da rede de esgoto aos sábados. O Vereador Arilson disse que a equipe da patrulha rural não receberá horas extras e questionou como funcionará então. O Vereador Jair disse que a alegação é de que tem apenas uma máquina funcionando. O Vereador Maurílio disse que há um lugar onde existe um buraco há mais de um ano, onde até já caiu pessoa, mas pela existência de apenas uma máquina não está tendo jeito. Sobre o asfaltamento da Av. Palmeira Imperial o Vereador Jair disse que ia fazer uma indicação pedindo a colocação de redutores, mas pela existência de uma indicação já apresentada ficou impossibilitado e irá encaminhar um abaixo assinado;

lamentou a impermeabilização da citada rua, o que não era desejado pela maioria dos moradores locais; disse ser necessária uma visão ecológica quanto ao uso do asfalto. O Vereador Wellington falou sobre algumas indicações; disse que voltaria a tratar de um assunto que é a relação do seu mandato com a administração municipal que obviamente é de oposição, embora tenha já participado da aprovação de projetos do Executivo em alguns momentos ele se coloca contrário e por causa disso torna-se ainda mais difícil a relação administrativa de um poder para o outro; pediu para constar em ata que fica muito difícil quando um vereador quer trabalhar e a administração continua a propagar aquela velha política de que “se vota contra mim eu não te atendo”, como se o poder fosse soberano do Prefeito e ele não meramente um administrador público; disse que se a pessoa apoia tudo o que o Prefeito oferece ele lhe dá um cheque em branco e assina aquilo que você aprova com ele, mas se a pessoa se opõe por questões de convicção ele não atende; disse ser importante ressaltar que o mandato do vereador é independente, podendo se ver isso em situações em que vereadores da base aliada apresentam seus contrapontos em relação a decisões do próprio Executivo; disse que infelizmente sua relação vai se tornando cada vez mais desgastada principalmente com o Secretário Eros, que toma para ele a prerrogativa, como se fosse ele o Prefeito e não o Chefe de Gabinete, como se fosse ele o detentor do direito e do poder de dizer quem vai ter suas indicações atendidas ou não; disse falar isso por saber, uma vez que as coisas que acontecem nas repartições públicas sempre chegam, que nenhuma de suas indicações serão atendidas por essa administração, o que ele lamenta muito por não serem pedidos para si próprio e sim para o cidadão, a qual o vereador apresenta contando com a sensibilidade e a responsabilidade do Prefeito a quem cabe atender as indicações que são apresentadas em detrimento das demandas dos cidadãos que pagam inclusive o salário dos secretários; desejou muita sorte aos moradores do loteamento Panorama e aos cidadãos do bairro Lindo Vale e da praça, porque uma fala que chegou é de que o documento apresentado antes mesmo da indicação, protocolado na portaria da Prefeitura como tantos outros que não foram respondidos, justamente por ele ser contrário a algumas posições que o Executivo traz a esta Casa; disse que quando foi apresentado o ofício a informação foi de que “quer patrulhamento pede à Polícia Militar, é obrigação do Estado”; disse que sim, mas a Prefeitura reduziu o valor do convênio com a PM mas mantém o gasto de quase 76 mil reais com propaganda; avisou ao sr. Secretário de que quando ele nega a fazer a solicitação com a assinatura do Prefeito e não dele, ele nega ao cidadão; disse que o ofício foi levado ao conhecimento da PM e ter certeza de que ela promoverá o patrulhamento como o cidadão espera; lamentou a falha do Secretário e sua postura de uma política velha e rancorosa; sobre a liberação da Escola Severino Costa, numa conversa pessoal com o sr. Prefeito que lhe deixou sem saber qual levar em consideração se a fala do Prefeito ou a do Secretário, após entrega de toda documentação, infelizmente por ter sido ele quem apresentou, até hoje sequer foram respondidos com assinatura; disse que por mais que digam que não e que a assessoria de comunicação poste informações falsas em rede social, falsa é a maneira como eles lidam com as indicações que não atendem seus interesses particulares, mas admira quando atendem a indicações de outros vereadores, aos quais ele parabeniza; disse que não tem problema algum com

o fato de não ser atendido mas lamentou a postura pequena do Secretário; disse que ainda bem faltar pouco tempo e nós voltarmos a sermos aquilo que éramos, ou seja, nada; falou também sobre algo que muitos cidadãos já comentaram, mas que moramos numa cidade pequena e as pessoas se constroem até pela situação física no que tange ao Secretário, mas outros cidadãos gostariam de ter um motorista particular para carregar para cima e para baixo quando se faz necessário, e que seria muito interessante que o cidadão comum, quando precisa de um carro pequeno, como a professora de artesanato, tenha o carro à disposição como tem o Chefe de Gabinete que ele não entende a prerrogativa de ter acesso exclusivo a esse carro e ao motorista, não sabendo como fazia antes, mas hoje tendo essa prerrogativa; deixou registrado que os moradores da rua nova perto da rodoviária relataram a existência de pedras soltas que são jogadas e atingem pessoas na parte baixa; relatou a necessidade de se criar um protocolo com a Energisa para registrar a necessidade de podas de árvores e também a necessidade de se refazer as faixas de pedestres. O Vereador Jorge parabenizou ao Prefeito pelo serviço de manutenção do Lindo Vale, com capina e pintura, além da captação de águas pluviais; disse que o cenário da política brasileira é de escassez de recursos, muitos municípios com dificuldades para pagarem suas contas; disse que alguns cortes são necessários para cumprir a folha de pagamento e os compromissos, e que num segundo momento esses cortes são revistos e podem ser anulados; disse que as indicações são anseios da população para que a vida flua melhor, levadas ao Executivo na forma documental, as quais o Prefeito tem respondido a contento. O Vereador Rafael perguntou sobre o uso da Tribuna Popular pelo Conselho Tutelar. O Vereador Wellington respondeu que a Presidente do Conselho está viajando para cuidar de sua neta e posteriormente poderá renovar o pedido. O Vereador Jorge informou que as reuniões extraordinárias são convocadas exclusivamente para tratar de determinado assunto, não sendo possível incluir outros assuntos. O Vereador Wellington disse que chegou ao seu conhecimento de que uma pessoa questionou a presença de estagiárias nessa Casa, argumentando essa pessoa de que falta serviço até para os vereadores e ainda mais para estagiárias; disse que essa pessoa deveria vir à reunião, mas não vem, não sabendo assim o que os vereadores fazem ou apresentam; convidou essa figura ilustre que falou isso para que venha às sessões da Câmara e também das comissões, além de uma visita à Casa para ver que a presença das duas estagiárias contribui muito no que tange à comunicação nas redes sociais e atendimento individual aos vereadores, assim como na parte jurídica, podendo se ver o caráter de uma pessoa que se candidata no próximo pleito. O Vereador Jorge disse que produz recebe críticas e convidou esse cidadão a vir acompanhar os trabalhos dessa Casa; citou que tem recebido elogios pela melhora da página da Câmara no Facebook e até na questão das estagiárias a Câmara tem disponibilidade de contratar uma empresa de assessoria de imprensa que sairia muito mais caro que o preço das estagiárias, e se tratam de pessoas que estão estudando e se capacitando para serem futuras profissionais, quando o Executivo e o Legislativo têm que oferecer essa oportunidade, sendo solidários na formação das pessoas e lhes imprimindo caráter; disse que as estagiárias têm auxiliado no esclarecimento de dúvidas dos vereadores tanto na área jurídica quanto na parte de rede social e divulgação; disse que recebeu elogios no IF quanto à melhora da página virtual da

Câmara, de pessoas que perguntaram se a Câmara contratou uma empresa; disse que a Câmara está aberta dentro das vagas existentes e que a Câmara tem dado um apoio à Acirp, inclusive com participação das estagiárias para buscar as melhores ideias. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e seis minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (02 de agosto), a qual foi aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente comunicou que, pelas restrições da Lei Eleitoral, fica vedado nesse período qualquer manifestação de cunho eleitoral/partidário em sessão plenária ou de comissões, ficando restrita a palavra dos vereadores ao debate das matérias em pauta e aos assuntos de interesse local, mas nunca citando candidatos, doações, partidos etc. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) Ofício nº 83, da Promotora, informando as ações que envolvem Silveirânia e Tabuleiro na questão do saneamento. O sr. Presidente comentou que pediu essa informação à Promotora para que as pessoas saibam que não somente Rio Pomba foi citada sobre a questão do saneamento básico, e que os municípios pertencentes à Comarca também terão que adotar as suas providências. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 176/2017-2ª edição: construção de passeio próximo ao trevo; 2) Indicação nº 344: iluminação na Travessa Raimundo Furtado; 3) Indicação nº 349: bancos na unidade do PSF da rodoviária; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 209/2017-2ª edição: manilhamento de esgoto na Serrinha; 2) Indicação nº 341: providência na esquina da Rua Cel. Antônio Pedro; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 345: redutor de velocidade na Rua Ministro Adauto Lúcio Cardoso; d) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 347: indicação de sede para a Associação Calor Humano; e) Wellington Netto: 1) Indicação nº 152/2017-2ª edição: providências na Praça Dr. Último de Carvalho e Av. Dr. José Neves; 2) Indicação nº 343: liberação de espaço / sala para atendimento da defensoria pública; 3) Indicação nº 344: cumprimento da Lei nº 1.131/2001 que cria o Fundo Municipal de Moradia Popular e o Conselho Municipal de Moradia Popular; f) Romeu Moreira Batista e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 98/2017-2ª edição: construção de casas populares. Os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e vinte e dois minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Resolução nº 344, da Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2019 (R\$1.550.000,00). O sr. Presidente solicitou a manifestação oral da Coordenadora da Contabilidade, Luciene de Paula Oliveira, sobre a elaboração da proposta orçamentária. Tendo em vista que a Câmara tem até 31 de agosto para enviar a proposta ao Executivo, o sr. Presidente colocou o Projeto de Resolução nº 344 em única discussão e, após, em votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Parecer nº 20, da Comissão de Legislação, Projeto de Lei nº 1.724. Após, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.724, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina rua com o nome de

Francisco Aleluia dos Reis. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.724, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Ato contínuo, o sr. Presidente comunicou que continuaria tramitando: a) Parecer nº 19, da Comissão de Legislação, Projeto de Resolução nº 343; b) Emendas ao Projeto de Resolução nº 343: a) Aditiva nº 01; b) Subemenda à Aditiva nº 01; c) Projeto de Resolução nº 343, da Mesa Diretora: Altera a redação e insere dispositivos na Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara relacionados ao protocolo de indicações, ao uso de telefone e faz retificações de texto. O orador inscrito para uso da Tribuna Popular, Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, representando o Sinsemrip, para falar sobre a sede do sindicato, mudança do horário de funcionamento, piso nacional dos agentes, EPI e mudança de gastos com servidores para 2019, não compareceu. No grande expediente, o Vereador Wellington leu um texto que, segundo ele, falaria muito: “Tudo tem a sua ocasião própria e todo propósito debaixo do céu tem o seu tempo. Tempo de matar e tempo de curar. Tempo de derrubar e tempo de edificar. Tempo de rasgar e tempo de coser. Tempo de calar e tempo de falar. Eclesiastes 3, 1.3.7.” O Vereador Rafael falou sobre a programação da exposição agropecuária parabenizando pela valorização dos músicos locais; elogiou a administração pelas obras que estão sendo feitas nas ruas da cidade em vários pontos. Diversos vereadores falaram sobre a necessidade de uma melhoria da iluminação em diversas localidades, como indicado pelos vereadores ao longo do tempo, principalmente com implantação de lâmpadas de LED. O Vereador Jorge também elogiou a participação de cantores locais na exposição agropecuária; parabenizou pelos 56 anos da Escola Agrícola, atualmente Instituto Federal. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e vinte minutos do dia dez de agosto do ano de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; convidada ao lugar de honra a Exma. Sra. Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Vice-Prefeita, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens com a entrega da Medalha do Mérito Educacional e moções de aplausos às personalidades aprovadas, pelos relevantes serviços prestados ao Município e pela destacada atuação na vida pública e particular. A sessão se iniciou com a audição do Hino Nacional Brasileiro. O mestre de cerimônia fez o registro das representações presentes e da justificativa do Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca. Foram homenageados: Paulo Alvino Soares Moura – Medalha Professor Ubirajara; Dênis Magno Carvalho de Oliveira – Medalha Professor Ubirajara; Moções de Aplausos: Michael Fernando Costa, Gilberto dos Santos, Sílvio Florêncio, Marcelo da Silveira Pereira, Ana Paula Magno, Mariza Maria de Souza Soares, Maria da Paz Dias Faria, Rafael de Freitas e Souza, Helvécio Pinto do Nascimento. O mestre de cerimônia fez a leitura das biografias e cada homenageado compareceu junto do plenário para o recebimento da homenagem e breve agradecimento, sendo que os vereadores autores de cada proposta discutiram sobre seus homenageados. Representando a Escola Estadual Prof. José Borges de Moraes, usou a palavra a sra. Vanimárcia, falando sobre as Olimpíadas de Matemática que deram aos alunos Paulo Alvino e Dênis Magno a Medalha do Mérito Educacional. Na ocasião, a Câmara Municipal entregou à família do saudoso Professor Ubirajara um exemplar da Medalha do Mérito Educacional, através de três netos que estavam presentes, como recordação para a família. O sr. José Carlos Coelho Camilo falou sobre a trajetória do Prof. Ubirajara em Rio Pomba. A sessão se revestiu de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o Sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e seis minutos do dia seis de setembro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Jorge Luís Martins Soares; foi aberta a sessão pelo sr. Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Vereador Paulo Henrique da Silva, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (10 e 16 de agosto), as quais foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O Sr. Presidente comunicou que, pelas restrições da Lei Eleitoral, fica vedado nesse período qualquer manifestação de cunho eleitoral/partidário em sessão plenária ou de comissões, ficando restrita a palavra dos vereadores ao debate das matérias em pauta e aos assuntos de interesse local, mas nunca citando candidatos, doações, partidos etc. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Prefeitura para as comemorações do Dia da Independência. O orador inscrito para uso da Tribuna Popular, Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, representando o Sinsemrip, para falar sobre a sede do sindicato, mudança do horário de funcionamento, piso nacional dos agentes, EPI e mudança de gastos com servidores para 2019, não compareceu. Passando às proposições, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.726, da Mesa Diretora: Atualiza o valor do auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba (INPC 3,53%). Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.727, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas placas de atendimento prioritário e institui o cartão de identificação para pessoa com TEA. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise das comissões de Legislação e de Saúde. Seguindo os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.728, do Vereador Wellington Netto: Institui “o mês Julho Verde no Município” e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise das comissões de Legislação (o autor foi substituído pelo Vereador Romeu, conf. art. 72, § 2º, do RI) e de Saúde (o autor foi substituído pelo Vereador Jair, conf. art. 72, § 2º, do RI). Ato contínuo foi lido o Projeto de Lei nº 1.729, dos Vereadores Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé e Jorge Luís Martins Soares: Institui a “Ficha Limpa Municipal” na nomeação de secretários municipais e servidores a cargos comissionados no âmbito da administração direta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da comissão de Legislação (o autor Rafael foi substituído pelo Vereador Arilson, conf. art. 72, § 2º, do RI). Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 350: operação taba buracos; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 359: passe livre para pessoas portadoras de necessidades especiais; 2) Indicação nº 360: abrigo para passageiros na região de Bomjardim; c) Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 358: reforma de pontes secas; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº

123/2017-2ª edição: muro de arrimo no almoxarifado; 2) Indicação nº 351: instalação de equipamentos no *Mutirão*; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 354: faixa de travessia de pedestres na Av. do Contorno; f) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 357: portal nas entradas da cidade; g) Wellington Netto: 1) Indicação nº 355: elaboração e divulgação para a população de material educativo versando sobre prevenção das queimadas; 2) Indicação nº 356: retirada de toras de eucalipto do passeio de acesso aos pedestres no bairro da *Estação*; h) Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 352: aquisição de veículo para atendimento móvel em saúde; i) Romeu Moreira Batista, Maurílio Rodrigues dos Reis, Arilson Neto Santos Freitas, Paulo Henrique da Silva, Jair de Paula Coelho, Rafael Vilela Martins, Jorge Luís Martins Soares e Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 346: pavimentação da Av. Manoel Fernandes; j) Todos os vereadores: 1) Indicação nº 353: melhorias da iluminação pública. O Vereador Paulo Henrique pediu que o sr. Prefeito olhe pelo lado do povo com relação à melhoria da iluminação pública, principalmente agora que é cobrada a taxa de iluminação. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre as indicações e os projetos de leis. O Vereador Jair de Paula Coelho falou sobre a necessidade da operação tapa-buracos; perguntou se o Vereador Wellington foi convidado a assinar a Indicação nº 346. Como o Vereador Wellington respondeu que não foi convidado, o Vereador Jair pediu a retirada do seu nome como um dos autores, em solidariedade, por achar que todos deveriam ser convidados e lembrou que pediu que o Vereador Wellington também fosse convidado. O Vereador Romeu perguntou quem era o idealizador da indicação e o Vereador Jair disse que quem lhe apresentou a indicação foi o Vereador Jorge. O Vereador Romeu disse que todos deveriam ser sido convidados e que também retiraria o seu nome, a menos que o Vereador Wellington não queira participar. O Vereador Paulo perguntou se o Vereador Wellington desejava assinar e este agradeceu pela solidariedade mas que, não tendo sido convidado antes, não assinaria agora, e ressaltou que já tem um trabalho com os moradores da localidade. O Vereador Jair, diante da recusa do Vereador Wellington, manteve sua assinatura na indicação. O Vereador Wellington falou sobre a necessidade de se divulgar a ilegalidade das queimadas; ressaltou o inconveniente das toras deixadas na calçada do bairro *Estação*; falou sobre o Projeto de Lei nº 1.728 e seu objetivo de divulgar as formas de prevenção aos cânceres. Às dezenove horas e trinta e nove minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente comunicou que continuaria tramitando: a) Parecer nº 19, da Comissão de Legislação, Projeto de Resolução nº 343; b) Emendas ao Projeto de Resolução nº 343: a) Aditiva nº 01; b) Subemenda à Aditiva nº 01; c) Projeto de Resolução nº 343, da Mesa Diretora: Altera a redação e insere dispositivos na Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara relacionados ao protocolo de indicações, ao uso de telefone e faz retificações de texto. No grande expediente, o Vereador Jair parabenizou a Apae pela inauguração do Centro DIA com o nome do saudoso Daniel de Paula Pereira; lamentou a morte da jovem durante a realização da exposição agropecuária e o incidente ocorrido hoje em Juiz de Fora, que refletem a falta de educação e o descumprimento das regras. O Vereador Paulo disse que esse trágico acontecimento deve servir de exemplo para as outras festas de nossa cidade. O Vereador Romeu endossou as palavras do Vereador Jair sobre a Apae e o trabalho

de Daniel de Paula Pereira; parabenizou pela realização da exposição, apesar do acontecimento, nas pessoas do sr. Prefeito e do Secretário de Agricultura, e também pela Cavalgada; elogiou o espaço dado aos músicos locais. O Vereador Maurílio lamentou que a reunião preparatória não tenha acontecido, mas registrou que o evento esteve muito bom. O Vereador Wellington falou da emoção de haver participado da inauguração do Centro DIA da Apae; parabenizou ao Secretário de Agricultura, Alarcon, pela liberação da escola rural do Bomjardim para a Associação Ecoletivo; parabenizou os organizadores da Cavalgada; falou sobre a questão da não nomeação dos concursados enquanto existem indícios de desvio de função na Prefeitura; lamentou o não acontecimento da exposição de fotos do Torneio de Férias no museu histórico; lembrou do pedido das Especialistas em Educação sobre reunião com o Prefeito; registrou ofício resposta que recebeu da Polícia Militar apontando a necessidade de melhora a iluminação pública da Praça Dr. Último de Carvalho; solicitou à Assessora Jurídica da Câmara e das estagiárias auxílio para que se possa encaminhar ao Ministério Público todos os requerimentos ainda não atendidos; registrou a dor causada nos familiares da jovem Vitória, assassinada durante a realização da exposição agropecuária; como Vereador e cidadão, disse esperar que ela permaneça presa por um bom tempo; registrou que, segundo os familiares de Vitória, a Prefeitura não lhes apresentou nenhum suporte; sugeriu que seja monitorada com mais veemência a movimentação a fim de descobrir como a garrafa de vidro circulava entre o público; passando a outro assunto, disse que ficou calado durante muito tempo sobre um vídeo medíocre, mentiroso e tendencioso falou sobre a sua figura no recebimento, com muito orgulho, da medalha do Instituto Tiradentes, nos dias 24 e 25 de agosto do ano passado, através de seminário no qual se preocupou em inscrever antes de receber a medalha, por causa do conteúdo que lhe interessava haja vista indicações que foram promovidas em decorrência do seminário; disse que recebeu da Câmara, num orçamento autorizado não só para ele mas para todos os servidores e vereadores; disse que não cometeu crime algum, que não pegou o cheque na contabilidade e saiu correndo com ele pela rua, até porque a sua prerrogativa é fiscalizar e é o que ele quer com os requerimentos que o sr. Prefeito não responde; disse que não tem processo na Justiça e acreditar no Ministério Público (MP), e que se houver abertura de processo ele tem muita tranquilidade, pois leu a documentação necessária, tem todos os recibos e os e-mails que encaminhou ao Instituto antes mesmo de promover a sua inscrição, buscando saber de que forma era feita a pesquisa na cidade, tudo já encaminhado ao MP; sobre as pessoas que fizeram o compartilhamento daquele material mentiroso, ao final da decisão do MP, se preparem, porque ele tem dezenas de *prints* de pessoas que se revoltaram com aquilo, e *fakenews* é crime, havendo uma regulamentação no Brasil para esse tipo de atitude na internet; disse que aquele que sentou na cadeira da maldade ou que permanece sentado o tempo todo na cadeira da mentira, se prepare porque ele (Wellington) irá feito um cão para cima por causa da mentira solta em rede social; disse que foi criado por duas mulheres de caráter e nunca bateu em mulher, que quando respondeu à sua mãe levou muito tapa na cara e hoje saber respeitar as mulheres; disse que de forma muito maldosa se faz referência à sua sexualidade, sendo que temos um Presidente nesta Casa e ele (Wellington) é com muito orgulho homossexual, mas tem vergonha

na cara e a denúncia que fez no MP sobre uso de máquina pública em terreno particular ele próprio assinou, e mesmo sendo homossexual é mais homem do que muita gente que senta na cadeira da maldade para falar mentira; disse que não é de família tradicional e não tem dinheiro, mas a única coisa que tem é o seu nome e a fé de que atua nesta Casa com muita responsabilidade, e a pessoa desrespeito a sua honra e de sua mãe e o trabalho que faz pelo município; ao cidadão que de forma mentirosa, covarde e medíocre, bem da estirpe de pessoas que propõem esse tipo de coisa, em período eleitoral ou no dia-a-dia, que debocha das pessoas mesmo quando a vida já é desgraçada, para que pelo menos possa ter ali a intenção de evoluir como gente, mas mesmo na dor e na desgraça tem certo tipo de gente que só piora porque nunca consegue ver o lado positivo da situação; relatou que no ano de 2017 usou quinhentos e alguns reais do orçamento para inscrição do seminário, que lhe produziu muito conhecimento e que até hoje mantém contato com participantes, e ressaltou que quem recebeu a medalha não foi ele, como agradeceu no vídeo ao cidadão rio-pombense porque são eles quem o permitem estarem aqui, disse que a Casa com a assinatura do Presidente autorizou, a contabilidade e o departamento jurídico disseram sim, de modo que não saiu escondido para ir a seminário, não gastou a diária toda e devolveu porque é dinheiro público; em 2017 gastou pouco mais de duzentos reais com diárias e usou o seu carro próprio para muitas coisas pelo mandato, mas é legal os vereadores usarem dos recursos porque são para ações da Casa, sendo que vereadores usaram ao longo do ano de 2017 valores maiores de forma respeitosa, alguns usando R\$4.600,00 ou R\$4.800,00 e também servidores, mas tudo para fins legais; lembrou que há tempos atrás houve denúncia de que vereadores usaram mais do que isso e ninguém falou nada; disse que não devem sentar no próprio rabo para falar dos outros e quando forem falar o façam com decência e assinando documentos. O Vereador Maurílio disse que não recebeu nenhum centavo de diária em 2017 e nem em 2018, que respeita a opinião de cada um, e que quando Presidente da Câmara liberava diárias para a participação em cursos, mas nunca para taxas de inscrição, porque existem cursos gratuitos. O Vereador Wellington sugeriu que a Câmara se filie à AMM para obter direito a cursos gratuitos; disse que aceitaria crítica vinda com qualidade, mas jamais vinda de um ser humano que ele sabe quem é e que não tem qualidade moral nenhuma, que participa de processo onde sequer deveria estar, e mente feito aquele que mora nas profundezas da chama do inferno, mente que nem sente. O Vereador Rafael falou sobre a importância das obras de canalização das águas pluviais, principalmente na Av. Manoel Fernandes, permitindo a abertura de uma avenida muito bonita e o crescimento da área; falou sobre a indicação da van para a saúde, possivelmente equipada para exames de mamografia; sobre as festas que aconteceram no município, parabenizando a Prefeitura pela organização e pelo espaço aberto às bandas de Rio Pomba, lamentou a morte da jovem Vitória; sobre o projeto da Ficha Limpa disse não ver nenhum caso que se enquadra no projeto, mas é preciso olhar para o futuro; lamentou a ausência de um representante do Executivo nas reuniões da Câmara; parabenizou ao evento Cavalgada do Tegim pela organização e geração de renda ao município e à Apae. O Vereador Jair, sobre a Cavalgada, perguntou se havia a presença de ambulância e sugeriu que não se percorra trajetos de rodovia, por motivo de segurança. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e

vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e três minutos do dia vinte de setembro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e comunicou que a ata da sessão anterior não estava pronta. O Sr. Presidente comunicou que, pelas restrições da Lei Eleitoral, fica vedado nesse período qualquer manifestação de cunho eleitoral/partidário em sessão plenária ou de comissões, ficando restrita a palavra dos vereadores ao debate das matérias em pauta e aos assuntos de interesse local, mas nunca citando candidatos, doações, partidos etc. O Vereador Paulo Henrique da Silva compareceu à sessão. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foi lida a justificativa do Vereador Jorge Luís Martins Soares para a sua ausência à sessão anterior, a qual foi submetida à apreciação plenária e acolhida por unanimidade. Conforme inscrição formulada, o sr. Presidente convidou a usar a tribuna popular a senhora Tânia Maria Alves Menezes, representando o Conselho Tutelar, para apresentar informações sobre o mesmo. Na tribuna, a oradora relatou aos vereadores e à comunidade as principais necessidades para o ideal funcionamento do Conselho Tutelar, como um pedido de socorro, sendo: 1) falta de materiais e estruturação; 2) sede mais apropriada para a segurança dos conselheiros e a manutenção do sigilo dos assuntos tratados e das pessoas envolvidas, possivelmente na região central da cidade; 3) carro em boas condições de uso e motorista em plantão de escala; 4) regularização do número de cinco conselheiros, hoje estando na ativa apenas três, com abertura de um processo suplementar para os suplentes. Sobre o veículo, disse que existe documento de cessão exclusiva do mesmo ao Conselho Tutelar, mas o mesmo estava prestando serviço para a Prefeitura na zona rural, citando que o ECA não exige carteira de habilitação aos conselheiros; disse que a falta do veículo ocasiona violação de direitos de crianças e adolescentes; ressaltou a parceria da Polícia Militar, mas que ela tem as suas limitações; disse que já oficiaram ao CMDCA mas receberam um ofício da Secretaria de Assistência Social disponibilizando um carro uma vez por semana e por duas horas para visitas, o que não atende às necessidades do conselho tutelar; deixou claro que não têm nada contra a pessoa do sr. Prefeito, mas é preciso que ele as ouça; a oradora informou que a ocorrência de necessidade de saídas fora do horário normal de expediente não acontece todos os dias, às vezes transcorrendo quinze dias sem ocorrer mas às vezes acontecendo duas vezes no mesmo dia; comentou que o conselho já se reuniu com o sr. Prefeito e ele sabe dessas demandas; que o carro está novamente com o Conselho Tutelar mas em situação precária e sem um motorista designado. Houve a sugestão dos Vereadores de se fazer uma indicação ou ofício ao Prefeito levando as reivindicações ao sr. Prefeito. Houve troca de informações e perguntas entre a oradora e os vereadores. A oradora Tânia Menezes disse que amanhã os conselheiros se reunirão com a sra. Promotora de Justiça na busca de uma solução para as questões

acima citadas. O sr. Presidente, Vereador Jorge, sugeriu que o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Comissão de Assistência, acompanhe as conselheiras na reunião com a Promotora, e o Vereador Maurílio concordou. O Vereador Wellington sugeriu que sejam destinados recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente para custear as necessidades do Conselho Tutelar. O Vereador Jair perguntou qual foi a proposta que o sr. Prefeito fez na reunião que as conselheiras tiveram com ele; a oradora disse o sr. Prefeito informou que o servidor responsável do almoxarifado chamaria alguém sempre que necessário o uso do carro, mas isso nunca aconteceu. O Vereador Jorge disse que a Câmara pode somar esforços com o conselho tutelar e que quando o Ministério Público for acionar o Executivo algumas providências já poderão estar tomadas. A sugestão dos vereadores de assinarem conjuntamente um ofício ao sr. Prefeito ficou suspensa para após essa reunião com a Promotora, quando a Comissão de Assistência trará o que ficar pendente de solução. A seguir, o sr. Presidente convidou ao para usarem a palavra os os representantes do Executivo Vagner Lisboa e Douglas Gomes, para prestarem informações sobre o andamento das obras de contenção das margens do rio Pomba, a convite da Presidência da Câmara anteriormente enviado ao sr. Prefeito. O sr. Vagner disse que a obra é muito complexa e demandada há muito tempo, parte da confusão gerada pelos próprios analistas ambientais na apresentação de diversas opiniões; disse que a realidade é que algumas casas foram construídas em local impróprio, algumas dentro da área não edificante como área de preservação do rio Pomba, sendo 50 metros de APP e 15 metros de área não edificante; disse que ao assumir a assessoria do município procurou ser bem prático, que existe um mandado judicial para fazer a obra mas esse mandado não se sobrepõe às normas, inclusive ambientais e licitatórios; disse que foi o autor do projeto ambiental e pode explicar o de engenharia, sendo adotadas duas providências que é o enroncamento de pedras no lado das casas e a retirada do banco de areia que causa o empurramento da água; disse que é um rio federal e a anuência para trabalhar no leito da água já foi emitida pela ANA, sendo que para a máquina poder entrar e operar o banco de areia, colocar as pedras e trabalhar o talude, trabalha-se com a SEMAD – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, e a intervenção tem que ser autorizada; comentou que a proposta já foi apresentada e inclusive a compensação florestal, estando atualmente no aguardo pelo licenciamento desse órgão ambiental; falou da complexidade da obra, citando o exemplo do caminho de passagem do caminhão com muitas toneladas, que demanda muito tempo, chegando-se à ideia de escorar a ponte com aquelas toras de eucalipto; deixou claro que a obra não pode ser feita no período chuvoso. O Vereador Maurílio disse que as toras não deveriam ter sido colocadas naquele lugar já que as obras não serão iniciadas este ano. O sr. Vagner disse que as madeiras foram colocadas por otimismo diante da promessa de que agilizariam a vistoria, o que não aconteceu até hoje, reconhecendo que o IEF e vários outros órgãos estão com deficiências diversas. O Vereador Wellington parabenizou ao sr. Vagner pelos projetos apresentados e que o responsável deveria ter colocado as toras dentro dos terrenos existentes ao lado. O sr. Vagner falou que uma das dificuldades encontradas na entrega dos documentos foi a informatização que o IEF passou a trabalhar; comentou que obteve-se um sucesso através da solução encontrada porque em vários casos a Justiça determina a

demolição da obra; disse que a sua empresa está aberta a prestar informações aos vereadores. O Dr. Douglas, respondendo a pergunta do Vereador Wellington, disse que o Ministério Público emite o cumpra-se e está acompanhando as ações do município, e que a Prefeitura já solicitou prioridade na liberação para a obra. O sr. Presidente agradeceu pelas informações prestadas. Passando às proposições, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal das comissões de Legislação e de Saúde sobre o Projeto de Lei nº 1.727, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas placas de atendimento prioritário e institui o cartão de identificação para pessoa com TEA. O Vereador Wellington falou em apoio ao projeto. Os pareceres das comissões foram favoráveis à proposição. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.727, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal das comissões de Legislação e de Saúde sobre o Projeto de Lei nº 1.728, do Vereador Wellington Netto: Institui “o mês Julho Verde no Município” e dá outras providências. O autor falou sobre o que trata a proposição. Os pareceres das comissões foram favoráveis à proposição. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.728, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Wellington Ferreira de Souza, autor, na forma do art. 136, §1º, IV, do Regimento Interno, requisitou e o sr. Presidente deferiu a retirada de tramitação do Requerimento nº 26: requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O autor do requerimento disse que redigirá o requerimento com mais precisão e que os objetivos do seu pedido são para buscar possibilidades de uso dos recursos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, inclusive em benefício do Conselho Tutelar e até mesmo da campanha sobre o autismo. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arlson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 369: faixas de pedestres na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 136/2017-2ª edição: construção de ponte de concreto para acesso à Jalapa; 2) Indicação nº 367: marcação de trânsito na Av. Dr. José Neves; c) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 99/2017-2ª edição: providência em córrego paralelo à Rua Dr. Fausto; 2) Indicação nº 284/2018-2ª edição: padronização dos passeios e meios-fios nas vias indicadas; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 362: calçamento em final de Rua; 2) Indicação nº 363: lixeira na Rua Cônego Mário Quintão; 3) Indicação nº 366: bueiro na Av. Prof. João Batista Santiago; e) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 364: asfaltamento das ruas do loteamento Panorama; f) Jorge Luís Martins Soares e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 361: criação de área de expansão urbana; g) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 371: inclusão dos conselheiros tutelares no benefício do cartão alimentação; 2) Indicação nº 372: disponibilização no site oficial da Prefeitura dos dados dos conselhos municipais constituídos e em atividade; 3) Indicação nº 373: placas de identificação visual do conselho tutelar. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre as indicações e os projetos de leis. Às vinte horas e quarenta e seis minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou a leitura do Parecer nº

19, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 343. Após, foram lidas as emendas ao Projeto de Resolução nº 343. Os vereadores debateram esclarecendo sobre a Subemenda à Aditiva nº 01. Sobre a Emenda Supressiva nº 01 o autor, Vereador Wellington, disse que se um vereador precisar trazer um notebook na sessão haverá uma dificuldade; disse que os vereadores não ficarão em plenário acessando redes sociais, mas poderão buscar informações que contribuam sobre qualquer tema; disse que proibir o uso de celulares, tablets etc, na era digital, é dificultar o trabalho do vereador e até hoje ninguém foi interpelado pelo Presidente devido a esse uso. O sr. Presidente disse que é preciso explicitar a proibição ou não no Regimento Interno. Votadas as emendas ao Projeto de Resolução nº 343 obteve-se os seguintes resultados: a) Subemenda à Aditiva nº 01, foi aprovada por unanimidade; b) Supressiva nº 01, foi rejeitada por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé e Jorge Luís Martins Soares (desempate); votando a favor os Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Wellington Ferreira de Souza, Romeu Moreira Batista e Jair de Paula Coelho. A Emenda Aditiva nº 01 teve a sua tramitação prejudicada pela aprovação da subemenda. O sr. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Resolução nº 343, da Mesa Diretora: Altera a redação e insere dispositivos na Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara relacionados ao protocolo de indicações, ao uso de telefone e faz retificações de texto. O sr. Presidente esclareceu que ficou proibido o uso do celular em plenário, mas o vereador pode pedir licença ao Presidente da Mesa para se retirar por alguns minutos. Seguindo os trabalhos foram lidos: a) Parecer nº 21, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.729; b) Emendas ao Projeto de Lei nº 1.729: a) Modificativas nºs 01 a 03. O sr. Presidente determinou a tramitação para segunda discussão do Projeto de Lei nº 1.729, dos Vereadores Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé e Jorge Luís Martins Soares: Institui a “Ficha Limpa Municipal” na nomeação de secretários municipais e servidores a cargos comissionados no âmbito da administração direta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo e dá outras providências. O Vereador Maurílio solicitou permissão para se retirar da sessão porque precisava acompanhar sua esposa de volta à casa, sendo que ela estava em viagem por motivo de saúde desde o período da manhã. O sr. Presidente da Câmara autorizou a retirada do Vereador Maurílio. No grande expediente o Vereador Wellington reforçou o seu pedido para a retirada das toras que estão sobre a calçada na Rua Cel. Juvenal Pena, pois vem prejudicado à população e houve a palavra do técnico ambiental de que a obra irá demorar; reforçou também pedido de ônibus urbano para o bairro *Estação* além de outros bairros; pediu a recolocação das pedras no piso da Praça Juscelino Kubitschek; disse que retirou um requerimento de informações hoje e que o mesmo objetivava saber como funciona esse fundo, contanto futuramente com o apoio dos colegas para o mesmo; relatou a preocupação dos moradores da Av. Manoel Fernandes quanto ao acúmulo de águas de chuva, e passou a informação recebida de que dentro de uns vinte dias a terra removida da rede pluvial será retirada; solicitou que sejam enviados à Câmara os valores gastos com aquela obra; lamentou a ação de vandalismo praticada no cemitério hoje; pediu que o Executivo reconheça a confiança necessária aos conselheiros tutelares face à importância do seu trabalho. O Vereador Arilson pediu

que os demais membros da Comissão de Obras assinem um ofício sobre a retirada das toras do bairro *Estação*; pediu ao Presidente da Câmara uma agilidade ao Prefeito sobre o projeto da Copasa, pois já se passaram três meses sem a audiência pública. O sr. Presidente disse que a Câmara deu autonomia para o Prefeito tomar as providências e disse que vai cobrar agilidade. O Vereador Wellington pediu que as audiências sejam realizadas em horário que permita a população a participar, após os expedientes de trabalho, e que não sejam feitas em sequência e com urgência. O sr. Presidente pediu que os vereadores façam inscrição para usar a palavra, ainda que depois desistam, para manter a ordem, e que na necessidade de se retirarem do plenário, o solicitem ao Presidente. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e dezenove minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia quatro de outubro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares. O sr. Presidente registrou o falecimento ocorrido ontem do ex-Vereador Agildo José dos Reis, que foi velado na Câmara Municipal e sepultado hoje. Seguindo, o sr. Presidente deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (06 e 20 de setembro). Colocadas em votação, ambas foram aprovadas por unanimidade (o Presidente não vota). O Sr. Presidente comunicou que, pelas restrições da Lei Eleitoral, fica vedado nesse período qualquer manifestação de cunho eleitoral/partidário em sessão plenária ou de comissões, ficando restrita a palavra dos vereadores ao debate das matérias em pauta e aos assuntos de interesse local, mas nunca citando candidatos, doações, partidos etc. O sr. Presidente comentou que o uso da Tribuna Popular pelo Conselho Tutelar estava autorizado para a sessão do dia 02 de agosto, registrando que a Câmara não deixou de dar oportunidade aos conselheiros. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foi lida a seguinte correspondência recebida: a) Convite para o 2º Fórum de Discussão Sobre as Políticas de Drogas, em Ubá, dia 19 de outubro. Passando às proposições, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.730, do Executivo: Projeto de lei de revisão anual da Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018-2021 e da Lei 1.604 de 25 de junho de 2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019; b) Projeto de Lei nº 1.731, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.732, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2019. Estes projetos seguiram tramitando e o sr. Presidente comunicou que estava aberto o prazo de quinze dias para apresentação de emendas. Continuando os trabalhos foi lido o Projeto de Lei nº 1.733, da Mesa Diretora: Atualiza o valor do auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e altera a Lei nº 1.483/2014. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação (substituições: Vereador Jair no lugar de Rafael e Vereador Romeu no lugar de Paulo) e de Finanças. O Vereador Rafael comentou que esse auxílio é pago apenas aos servidores da Câmara e não se estende aos vereadores. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 375: implantação de leito nas Unidades Básicas de Saúde e PSF'S; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 379: providências urgentes na Rua Ionício Teodoro de Oliveira; 2) Indicação nº 380: bueiros na Av. Jorn. José de Assis Vieira e na Rua Luiza Campos; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 368: proibição de estacionar na Rua Pedro José de Freitas; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 128/2017-2ª edição: criação do programa de Pilates; 2) Indicação nº 149/2017-2ª edição: instalação de radar na Rua Carminha Morais Sarmento; 3) Indicação nº 170/2017-2ª

edição: providências no final da Rua Antônio Mota Campos; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 365: estacionamento rotativo no centro; f) Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 377: autorização para realização de evento em escola rural; g) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 370: revitalização de todos os aparelhos das “academias ao ar livre”; 2) Indicação nº 374: placas de sinalização de trânsito no bairro da *Estação*. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre as indicações e os projetos de leis, inclusive apresentando sugestões. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Rafael Vilela Martins apresentou o Requerimento nº 27, ao Executivo, requerendo a classificação atualizada dos candidatos no concurso público de 2015. O autor disse que recebeu ofício da concursada Monice solicitando reunião com a comissão de Legislação; disse que precisa da lista atualizada da classificação dos candidatos no concurso. O sr. Presidente aceitou o requerimento, o qual foi lido e colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade (o Presidente da Câmara não vota). Às dezenove horas e quarenta e um minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Resolução nº 343, da Mesa Diretora: Altera a redação e insere dispositivos na Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara relacionados ao protocolo de indicações, ao uso de telefone e faz retificações de texto (com as emendas aprovadas). A redação final foi lida para conhecimento de todos. O Vereador Wellington disse que votaria contra por não concordar com a proposta do art. 4º. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 343 foi colocado em votação e aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Rafael Vilela Martins, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Arilson Neto Santos Freitas; votando contra os Vereadores: Wellington Ferreira de Souza e Jair de Paula Coelho. Ato contínuo foi lido o Parecer nº 21, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.729, e as Emendas ao Projeto de Lei nº 1.729: a) Modificativas nºs 01 a 03. O sr. Presidente colocou em votação as emendas supracitadas, uma por vez, sendo todas aprovadas por unanimidade (o Presidente não vota). Seguindo, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.729, dos Vereadores Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé e Jorge Luís Martins Soares: Institui a “Ficha Limpa Municipal” na nomeação de secretários municipais e servidores a cargos comissionados no âmbito da administração direta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo e dá outras providências; obtendo-se a sua aprovação por unanimidade (o Presidente não vota). No grande expediente os Vereadores inscritos puderam se manifestar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Arilson, sobre o projeto de lei das subvenções, disse que o Prefeito quer fazer o repasse para a Ascarp conforme a planilha dele, liberando dois mil reais de cada vez, sendo que na gestão dos Prefeitos anteriores era liberado o valor de cem mil possibilitando que a associação iniciasse uma reforma e a concluísse; disse que da forma como propõe o Prefeito impede a Ascarp de trabalhar, porque precisa ficar esperando a liberação das planilhas; ressaltou o mérito da Ascarp prestar contas de tudo e questionou por que a espera. O Vereador Wellington relatou sobre o afastamento de pessoas da Ascarp pela dificuldade de trabalho da mesma, ressaltou que a entidade se reúne mensalmente em favor das pessoas que se mantêm nessas reuniões na espera pelas reformas, que a entidade presta contas, e lamentou a postura

do Prefeito. O Vereador Jair também se manifestou pela seriedade da Ascarp e disse que o ideal não é essa forma de repasse e que a proposta da Ascarp é a indicação de seis casas para reforma de cada vez, de forma experimental. O Vereador Arilson disse que a forma proposta pelo Prefeito, de liberar dois ou três mil reais, eles não aceitarão; registrou que durante o velório do ex-Vereador Agildo soube que o carrinho que acompanha o cortejo fúnebre está quebrado, sendo que precisa de um carrinho reserva ou que seja consertado imediatamente. O Vereador Jorge disse que o Chefe de Gabinete, Eros, informou que o carrinho está em condições de uso e não foi solicitado pelos familiares; tanto que fez o transporte da capela ao cemitério. O Vereador Arilson disse que a informação é de que o carrinho não iria aguentar a subida do morro; ressaltou a necessidade de se fazer uma pracinha com academia ao ar livre no Fomento; falou da necessidade de uma indicação coletiva para a troca da rede de esgoto no bairro Sol Nascente, onde surgiram vários prédios. O Vereador Maurílio disse que as conselheiras tutelares lhe disseram não ser necessário acompanhá-las na reunião com a Promotora e que lhe informariam sobre o que seria conversado; disse que esteve no fórum e parece que a reunião não aconteceu. O Vereador Wellington disse que foi necessário alterar o horário da reunião e que pediu às conselheiras o envio de um ofício à Câmara sobre a reunião; disse que a Promotora ficou feliz de saber que a Câmara apoia o Conselho Tutelar. O Vereador Wellington falou sobre diversos assuntos, listados resumidamente: a) no bairro *Estação*, falta horário de ônibus circular, falta limpeza gerando acúmulo de sujeira, faltam lixeiras, necessidade da retirada das toras; b) listou vários lugares carentes de higiene pública, limpezas e lixeiras; c) relatou vazamento de esgoto por 08 dias no bairro Rosa Mística, que foi consertado hoje, e parabenizou; d) sugeriu indicação coletiva para instalação de uma lixeira no bairro Rosa Mística; e) sinalização de conflito e faixas de pedestres no bairro Jardim América; f) pediu ao Prefeito que promova o atendimento dos diversos pedidos direcionados aos bairros da cidade; g) sugeriu que os Vereadores busquem informações sobre o custo e a duração das obras na Rua Felemon Torres e Bruno José Gonçalves. O sr. Presidente comunicou que a funcionária da Apae, Nátia Reis, deseja conversar com os vereadores sobre o passe livre no transporte urbano para os portadores de necessidades especiais; disse que ela se reúne com o grupo de autodefensores da Apae na terça-feira, às 13 horas, e que essa reunião pode ser na Câmara ou na Apae. Os vereadores acharam melhor que a reunião fosse na Apae. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e um minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Trigésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e dez minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (04 de outubro). Colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade (o Presidente não vota). O Sr. Presidente comunicou que, pelas restrições da Lei Eleitoral, fica vedado nesse período qualquer manifestação de cunho eleitoral/partidário em sessão plenária ou de comissões, ficando restrita a palavra dos vereadores ao debate das matérias em pauta e aos assuntos de interesse local, mas nunca citando candidatos, doações, partidos etc. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) Convite para Espaço Cultural do Regina Coeli, dia 20; b) Convite para Sarau Literário, dia 26; c) Convite para apresentação do programa Pró Mananciais, pela Prefeitura e Copasa, dia 24, na Câmara, 15 horas; d) Ofício do Conselho Tutelar. Também foi lido o Ofício nº 67, do Executivo, sobre assinatura de convênio com o Estado de Minas Gerais/ARSAE/Copasa para o serviço de água e esgoto, assim como o Ofício nº 458, do Executivo, encaminhando a classificação atualizada do último concurso público realizado. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 27, do Executivo: Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e Declaração Eletrônica de Serviços (DES) no município de Rio Pomba/MG e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das comissões de Legislação e de Finanças. O sr. Presidente determinou a tramitação, enquanto aguardam a análise das comissões permanentes: a) Projeto de Lei nº 1.730, do Executivo: Projeto de lei de revisão anual da Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018-2021 e da Lei 1.604 de 25 de junho de 2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019; b) Projeto de Lei nº 1.731, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.732, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2019; d) Projeto de Lei nº 1.733, da Mesa Diretora: Atualiza o valor do auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e altera a Lei nº 1.483/2014. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 08/2017-2ª edição: unidade básica de saúde no bairro Lindo Vale; 2) Indicação nº 302/2018-2ª edição: reativação de unidade básica de saúde do Bomjardim; 3) Indicação nº 376: lixeira coletiva na Rua Jarino Batista Santiago; b) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 188/2017-2ª edição: guaritas em pontos de ônibus; 2) Indicação nº 242/2017-2ª edição: bueiros na Rua Madre Cabrini; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 378: patrolamento zona rural de Mendes; d) Wellington Netto: 1) Indicação nº 384: providências na Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 385: retirada de terra na Av. do Contorno; 3) Indicação nº 386: faixa de

pedestre na Rua Severino Costa Vieira; e) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 381: redimensionamento da rede coletora de esgotos do bairro Sol Nascente; 2) Indicação nº 382: lixeira coletiva no bairro Rosa Mística. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e os projetos de leis. Na forma dos arts. 136, § 3º, X e 155 do Regimento Interno, o Vereador Wellington Ferreira de Souza apresentou os seguintes requerimentos: Requerimento nº 28, requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre o fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente; Requerimento nº 29, requer informações completas ao Poder Executivo Municipal sobre despesas da obra realizada na avenida Manoel Fernandes; Requerimento nº 30, requer que o Chefe do executivo forneça à Câmara Municipal cópia integral do(s) documento(s) referente(s) ao cronograma de atendimento das áreas rurais nas atividades de capina, cascalhamento e demais atividades com maquinário e produtos adquiridos pelo município. O sr. Presidente recebeu os requerimentos e determinou a leitura dos mesmos. Submetidos à apreciação plenária, todos foram aprovados por unanimidade (o Presidente da Câmara não vota). Às dezenove horas e quarenta e três minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente disse que haviam três propostas de homenagens que precisavam ser avaliadas pela Comissão Apuradora de Homenagens, e por isso suspendeu a sessão por cinco minutos para que a comissão pudesse deliberar na sala de comissões. Retomada a sessão, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 182, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Confere homenagem de honra ao mérito profissional e dá outras providências (Vanessa de Oliveira Gaudereto Guimarães). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade (o Presidente da Câmara não vota). Na sequência, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 183, do Vereador Rafael Vilela Martins: Confere homenagem de honra ao mérito político e dá outras providências (Vicente de Paula de Oliveira). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade (o Presidente da Câmara não vota). Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 184, assinado por todos os Vereadores: Confere homenagem de honra ao mérito educacional e dá outras providências (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade (o Presidente da Câmara não vota). O sr. Presidente solicitou que a Comissão de Legislação designe uma data para tratar da reivindicação dos concursados da Prefeitura. O Vereador Rafael Vilela Martins, Presidente da Comissão de Legislação, designou uma audiência para o dia vinte e seis de outubro, com os concursados e representante da Prefeitura, para debater a situação das nomeações; disse que na mesma data a comissão analisará os projetos a ela incumbidos. O Vereador Wellington sugeriu que a Câmara publique no Facebook sobre a realização dessa audiência sobre o concurso e posteriormente também divulgue as informações obtidas. O Vereador Jair sugeriu que as conclusões sejam encaminhadas ao Executivo e ao Ministério Público para fortalecer o pedido e tendo em vista que o prazo está se passando com uma inércia do Executivo. O sr. Presidente disse que a sessão da Câmara na terceira quinta-feira incidirá no dia quinze de novembro, feriado, e propôs o seu adiamento para o dia dezenove, segunda-feira. O adiamento foi aceito por todos os vereadores. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Jair disse que esteve com os

Vereadores Frederico, Wellington e Maurílio na Apae para tratar do passe livre aos portadores de necessidades especiais e que espera o estudo e a apresentação de uma solução com o apoio da Assessora Jurídica da Câmara; sugeriu que a Câmara preste uma homenagem ao ex-Vereador Agildo Reis quando houver um local apropriado (denominação). O sr. Presidente disse que a Dra. Vânia esteve representando a Presidência da Câmara e disse que o Legislativo está de braços abertos para essa causa. O Vereador Jair informou que foi criado o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso. O Vereador Arilson iniciou debate sobre a aquisição de cascalho pela Prefeitura. O Vereador Wellington falou sobre o passe livre aos portadores de necessidades especiais e outros assuntos; sugeriu uma indicação conjunta sobre o art. 128 da Lei Orgânica; comentou sobre seus requerimentos aprovados e alguns pendentes de resposta pelo Executivo; relatou a negligência e a falta da placa obrigatória nas obras que estão sendo feitas pela Prefeitura na Av. Manoel Fernandes e por isso apresentou o requerimento para informações; relatou deficiências no atendimento pela Secretaria Municipal de Saúde e no transporte de pacientes. O Vereador Jorge disse, sobre o projeto quanto à demanda de veículo para atendimento fora domicílio do SUS, depende da iniciativa do Prefeito, podendo a Câmara fazer indicação ou requerimento sugerindo a providência. O Vereador Maurílio disse que já discutiu muito como Gil sobre isso e acha um absurdo que as pessoas não tenham direito igual ao transporte, porque a pessoa está pagando uma consulta particular mas isso não significa que tenha condições financeiras. O Vereador Wellington, para ser justo com os servidores da Saúde, disse que é preciso falar da desistência das pessoas nas viagens marcadas que trazem muitos prejuízos e alongam a fila de espera. O Sr. Presidente lembrou aos vereadores que tragam nomes para a sessão de homenagens em tempo para a próxima sessão. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e seis minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (18 de outubro). Colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. O sr. Presidente convidou para usar a palavra, representando a Prefeitura de Rio Pomba, o sr. Max Giovani Tavares e seu assistente, Felipe, da empresa Terabrasil Sistemas, para falarem sobre o Projeto de Lei Complementar nº 27/2018, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e Declaração Eletrônica de Serviços (DES). Os srs. Max e Felipe falaram sobre a expansão desse serviço nos diversos municípios, apresentaram dados técnicos sobre o seu funcionamento e processo de implantação, expectativas de arrecadação ao erário, modernização da gestão tributária municipal e responderam a perguntas dos Vereadores. Seguindo os trabalhos foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) Ofício do Secretário de Esportes prestando contas da Lei do Auxílio Exporte; b) Ofício do Torneio de Férias relatando atividades 2018. Passando às proposições, o sr. Presidente comunicou o veto integral do Sr. Prefeito ao Projeto de Lei nº 1.728, o qual já está com a Comissão de Legislação. Em seguida foi lido o Projeto de Lei nº 1.734, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Dispõe sobre a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino a Rio Pomba nas escolas de ensino fundamental, conforme especifica. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise da Comissão de Legislação (Wellington substituído por Romeu) e de Educação (Wellington substituído por Jair). Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.735, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Declara de utilidade pública a Associação Shalom Adhonai. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise da Comissão de Legislação (Paulo substituído por Maurílio). Foi lido também o Projeto de Lei nº 1.736, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Dispõe sobre a divulgação dos dados dos conselhos municipais na página oficial da Prefeitura e da Câmara Municipal na internet, e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise da Comissão de Legislação (Wellington substituído por Jair). Ainda nas proposições de leis foi lido o Projeto de Lei nº 1.737, dos Vereadores Wellington Ferreira de Souza e Paulo Henrique da Silva: Institui o Programa “Vacinação Domiciliar de Idosos” e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para análise da Comissão de Legislação (Wellington substituído por Romeu; Paulo substituído por Arilson) e de Saúde (Wellington substituído por Rafael). Foi lida a Moção nº 21, do Vereador Jair de Paula Coelho: Moção de aplausos ao Cabo PM Luzmar Campos de Lima. O autor falou sobre a sua proposição. Colocada em votação, esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 137/2017-2ª edição: providências na Rua José Paulo de Miranda; 2)

Indicação nº 383: bueiros na Rua Geraldo Rosa Soares; 3) Indicação nº 393: bueiro no final da Rua Antônio Mota Campos; b) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 388: calçamento em logradouro ao final da Rua Antônio Mota Campos; 2) Indicação nº 395: troncos de árvores; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 396: cascalhamento da Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação nº 397: restrição de estacionamento em vias; d) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 389: revestimento da Praça Juscelino Kubitschek; 2) Indicação nº 390: lixeiras na Praça Vereador Mundico; 3) Indicação nº 398: retorno de proibição de estacionar em rua do bairro Santa Helena; e) Vereadores Paulo Henrique da Silva e Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 399: ampliação do serviço de varrição de ruas; f) Vereadores: 1) Indicação nº 391: criação do conselho orçamentário. Às dezenove horas e cinquenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Confere homenagem de honra ao mérito social e dá outras providências (Edna Teresinha Correa de Abreu). A proposta foi colocada em discussão. O autor falou sobre a proposta de homenagem. Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 185 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 186, do Vereador Romeu Moreira Batista: Confere homenagem de honra ao mérito social e dá outras providências (Gilberto Arrighi Gaudereto). A proposta foi colocada em discussão. O autor e outros vereadores falaram sobre a proposta de homenagem. Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 186 foi aprovado por unanimidade. Após, o Vereador Jair de Paula Coelho apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 187: Confere homenagem de honra ao mérito social e dá outras providências (Rede do Bem). A proposta foi colocada em discussão. O autor e outros vereadores falaram sobre a proposta de homenagem. Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 187 foi aprovado por unanimidade. As seguintes proposições seguiram tramitando, estando sob análise da Comissão de Finanças: a) Projeto de Lei nº 1.730, do Executivo: Projeto de lei de revisão anual da Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018-2021 e da Lei 1.604 de 25 de junho de 2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019; b) Projeto de Lei nº 1.731, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.732, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2019. A seguir, foi lido o Parecer nº 22, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.733. Solicitada a se manifestar verbalmente, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.733. O Plenário então concedeu a dispensa de prazos e interstícios de tramitação para apreciação do Projeto de Lei nº 1.733, da Mesa Diretora: Atualiza o valor do auxílio-alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e altera a Lei nº 1.483/2014. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta foi lido o Parecer nº 23, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei Complementar nº 27. Solicitada a se manifestar verbalmente, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao Projeto de Lei Complementar nº 27. O Plenário então concedeu a dispensa de prazos e interstícios de tramitação para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 27, do Executivo: Institui a Nota Fiscal de Serviços

Eletrônica (NFS-e) e Declaração Eletrônica de Serviços (DES) no município de Rio Pomba/MG e dá outras providências. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. As comissões permanentes designaram datas para se reunirem e analisarem os projetos pendentes. O sr. Presidente informou que a Câmara fez contrato com o jornal O Imparcial para a divulgação das atas e matérias da Câmara; informou também que o sr. Prefeito respondeu aos requerimentos pendentes. No grande expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Paulo Henrique disse que a varrição de ruas está sendo deficiente e a população dos bairros está reclamando. O Vereador Romeu comentou sobre as sacolas de lixo que são depositadas fora do horário e contribuem para a sujeira das ruas. O Vereador Jair revelou sua preocupação com o projeto do Jovem Aprendiz, que está precisando de supervisores e mais empenho dos meninos. O Vereador Rafael falou sobre o transtorno do trânsito na Rua Madre Cabrini e na Rua Caetano Machado. O Vereador Paulo falou sobre a necessidade de consertar o buraco na rua próximo do portão de entrada do Ginásio, e o Vereador Jair falou o mesmo sobre o alto da Rua João Marcelino. O Vereador Wellington solicitou o bloqueio dessa área de passagem que coloca em risco ciclistas e pedestres e falou sobre a obra que está sendo realizada na Rua Dr. Bruno José Gonçalves e diversos outros assuntos. O Vereador Wellington falou sobre o veto do Prefeito ao Projeto de Lei nº 1.728, especialmente dizendo que o projeto está em consonância com a Associação de Câncer de Boca e Garganta - ACBG Brasil, e também disse que o veto não traz o estudo técnico-jurídico; pediu que o veto seja rejeitado. O sr. Presidente comunicou que o Prefeito sancionou o projeto sobre o TEA. O sr. Presidente comunicou que na sessão do dia dezoito de novembro acontecerá a audiência pública para apresentação da Lei Orçamentária Anual de 2019. O sr. Presidente da Câmara, Vereador Jorge Luís, solicitou ao Secretário que fizesse a leitura dos artigos regimentais relativos à convocação extraordinária da Câmara e à renovação da Mesa Diretora. Após, o sr. Presidente convocou uma sessão extraordinária para o dia 05 (cinco) de novembro do corrente ano, às 19 (dezenove) horas, com a finalidade exclusiva de eleger a Mesa Diretora da Câmara para o biênio de 2019/2020. O Vereador Romeu solicitou ao sr. Presidente a mudança da data porque tem uma viagem programada para esse dia. O sr. Presidente perguntou ao Vereador Romeu se ele não estará presente na reunião das comissões à dezesseis horas, e o Vereador Romeu respondeu que só faz parte de uma comissão. O Vereador Rafael perguntou se poderia ser no meio da semana. O sr. Presidente disse que muitos vereadores viajam e geralmente podem na segunda ou sexta-feira. O Vereador Paulo sugeriu para quinta-feira. O Vereador Jair pediu para que a sessão extra fosse realizada após a reunião ordinária do dia dezoito de novembro. O sr. Presidente disse que a sessão extra é convocada com vinte e quatro horas de antecedência e trata especificamente do assunto convocado; perguntou qual a diferença de votar segunda ou quinta, já que na segunda estarão todos aqui. O sr. Presidente disse que quem convoca é ele e que então estava convocada a sessão extraordinária para segunda-feira, dia cinco de novembro, às dezoito horas. O Vereador Wellington Netto pediu para registrar o falecimento do sr. Délio Soares Furtado, farmacêutico aposentado que trabalhou muitos anos pela Prefeitura. O sr. Presidente registrou também o falecimento de Eros

Delani da Silveira, Chefe de Gabinete do Executivo recentemente falecido. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezenove horas e cinco minutos do dia cinco de novembro do ano de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início à ordem do dia desta sessão convocada exclusivamente para a realização da eleição de renovação da Mesa Diretora para o biênio de 2019/2020 (dois mil e dezenove/dois mil e vinte). O sr. Presidente leu trechos do Regimento Interno que disciplinam a eleição e disse que os vereadores poderiam manifestar suas candidaturas à presidência da Câmara. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que não havia necessidade de anunciar os nomes, sendo que cada vereador votaria em seus candidatos. Colocaram seus nomes no pleito os Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins. Então, o sr. Presidente anunciou que ia iniciar o processo de votação, com chamada pela ordem alfabética, e colocou em apreciação o cargo de Presidente da Câmara. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis recebeu os votos de: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis; e o Vereador Rafael Vilela Martins recebeu os votos de: Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. O Sr. Presidente da Câmara proclamou eleito “Presidente da Câmara” o Vereador Rafael Vilela Martins, com 05 (cinco) votos. Em seguida, o sr. Presidente abriu a votação para o cargo de Vice-Presidente. O Vereador Arilson perguntou quem seriam os candidatos. O Vereador Paulo Henrique apresentou o seu nome. O Vereador Jorge Luís Martins Soares recebeu o voto de Arilson Neto Santos Freitas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis recebeu os votos de: Frederico Senra Condé e Jorge Luís Martins Soares. O Vereador Paulo Henrique da Silva recebeu os votos de: Jair de Paula Coelho, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. O sr. Presidente proclamou eleito “Vice-Presidente da Câmara” o Vereador Paulo Henrique da Silva, com 06 (seis) votos. Em seguida, o sr. Presidente iniciou o processo de escolha para o cargo de Secretário e disse que não é candidato. O Vereador Arilson Neto Santos Freitas recebeu o voto de Frederico Senra Condé. O Vereador Jair de Paula Coelho recebeu os votos de: Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. O Vereador Jorge Luís Martins Soares recebeu os votos de: Arilson Neto Santos Freitas e Maurílio Rodrigues dos Reis. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis recebeu o voto de Jorge Luís Martins Soares. O sr. Presidente proclamou eleito “Secretário da Câmara” o Vereador Jair de Paula Coelho, com 05 (cinco) votos. Finalizando, o sr. Presidente abriu a votação para o cargo de Suplente de Secretário. O Vereador Arilson Neto Santos Freitas recebeu os votos de: Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. O Vereador Jorge Luís Martins Soares recebeu os votos de: Arilson Neto Santos Freitas, Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis. O Vereador Wellington Ferreira de Souza recebeu os votos de: Jair de Paula Coelho, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de

Souza. Na forma do art. 24, § 3º, I, do Regimento Interno, o sr. Presidente abriu o segundo escrutínio para desempate entre os três votados, quando o Vereador Jorge Luís Martins Soares recebeu os votos de: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. O Vereador Wellington Ferreira de Souza recebeu os votos de: Jair de Paula Coelho, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. O sr. Presidente proclamou eleito “Suplente de Secretário da Câmara” o Vereador Jorge Luís Martins Soares, com 06 (seis) votos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e dezoito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e comunicou que as atas das sessões anteriores não estavam prontas. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. Seguindo o sr. Presidente abriu a audiência pública para apresentação e discussão das peças orçamentárias: proposta orçamentária para 2019. Estava presente o sr. André Luiz Senra Condé, Secretário Municipal de Governo e Planejamento, representando o Executivo. Usando recursos de multimídia, o Secretário André apresentou dados orçamentários e de planejamento aos vereadores e ao público presente. Durante a apresentação, houve perguntas e comentários dos vereadores. Encerrada a audiência pública, a sessão seguiu com a leitura das correspondências recebidas: a) convite da Biblioteca e Secretaria de Educação para Coral na Praça, dia 30; b) convite da Junta do Serviço Militar para entrega de certificados no dia 23 de novembro; c) Ofício do Corpo de Bombeiros sobre a criação de “bombeiros civis”. O sr. Presidente determinou a leitura do Ofício nº 20.711, do Tribunal de Contas, encaminhando prestação de contas do Executivo de 2016; comunicou que o processo já está com a Comissão de Finanças e que os vereadores têm acesso ao parecer prévio. Seguiu tramitando o veto do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.728, do Vereador Wellington. O sr. Presidente disse que o prazo para apreciação do veto é de trinta dias; que a Comissão de Legislação deve apresentar o seu parecer para a próxima sessão, na qual o veto irá figurar na ordem do dia como prioridade. Também seguiram tramitando, por aguardarem as comissões: a) Projeto de Lei nº 1.735, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Declara de utilidade pública a Associação Shalom Adhonai; b) Projeto de Lei nº 1.736, do Vereador Wellington Ferreira de Souza: Dispõe sobre a divulgação dos dados dos conselhos municipais na página oficial da Prefeitura e da Câmara Municipal na internet, e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.737, dos Vereadores Wellington Ferreira de Souza e Paulo Henrique da Silva: Institui o Programa “Vacinação Domiciliar de Idosos” e dá outras providências. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.738, do Executivo: Altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 1.592/2017 e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças e esta, por unanimidade de seus membros, opinou favoravelmente ao projeto. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para apreciação desse projeto. Por 07 (sete) votos dos Vereadores Jair de Paula Coelho, Romeu Moreira Batista, Frederico Senra Condé, Rafael Vilela Martins, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Arilson Neto Santos Freitas; o Plenário concedeu o regime de urgência especial. O Vereador Wellington F. Souza se absteve de votar. O sr. Presidente encaminhou o projeto para a ordem do dia. O Vereador Romeu Moreira falou sobre a autorização muito alta para a abertura

de créditos, quando a Câmara deixa de acompanhar os negócios do município. O Vereador Wellington disse que gostaria de haver votado o regime de urgência na presença dos dados que apontaram essa abertura de crédito suplementar, e, não havendo, ele se absteve. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 31, do Vereador Wellington Netto: Requer informações sobre o Programa Patrulha Rural Mecanizada. O autor falou sobre o pedido, que se origina inclusive mediante “denúncia” a ele encaminhada e visita que ele fez; citou ainda resposta que ele obteve do Secretário Alarcon quanto à necessidade de um requerimento aprovado pela Câmara. Colocado em votação, o Requerimento nº 31 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Jair de Paula Coelho, Romeu Moreira Batista, Wellington Ferreira de Souza, Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva; e recebeu 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Frederico Senra Condé, Maurílio Rodrigues dos Reis e Arilson Neto Santos Freitas. Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 32, do Vereador Wellington Netto: Requer informações sobre obras realizadas nas vias públicas que menciona. O autor falou sobre o pedido dizendo que seguem as mesmas referências do requerimento anterior. Colocado em votação, o Requerimento nº 32 foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Jair de Paula Coelho, Romeu Moreira Batista, Wellington Ferreira de Souza, Rafael Vilela Martins e Paulo Henrique da Silva; e recebeu 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Frederico Senra Condé, Maurílio Rodrigues dos Reis e Arilson Neto Santos Freitas. Após, foi lida a Moção nº 22, do Vereador Jair de Paula Coelho: moção de aplausos ao Cabo PM Adalberto Silva dos Santos. O autor falou sobre a moção. Submetida à votação, a Moção nº 22 foi aprovada por unanimidade. O Vereador Romeu Moreira citou o feriado da semana anterior e disse que gostaria de apresentar um requerimento sobre um levantamento feito em sessão anterior pelo Vereador Arilson, oportunidade na qual debateu com o citado Vereador e pareceu que ele (Romeu) foi mal interpretado, de forma que gostaria de apresentar um requerimento para que a Prefeitura informe sobre a licitação do cascalho e a forma como é feita a entrega, pois o Vereador Arilson levantou essa dúvida e pareceu que ele (Romeu) ficou debatendo e passou como ruim. O Sr. Presidente pediu ao funcionário da Câmara que redigisse o requerimento. O Vereador Maurílio disse não ver necessidade de fazer esse requerimento hoje, pois há a reunião do dia cinco, e adiantou o seu voto contrário caso seja apresentado hoje. O Vereador Romeu disse querer que seja hoje e que os vereadores têm o direito de votar contra ou a favor, e que esta Casa não pode omitir informação. O sr. Presidente disse que consultaria o Plenário. O sr. Presidente disse que esse requerimento deveria estar escrito para ser apresentado e solicitou à Dra. Vânia, Assessora Jurídica que esclarecesse a dúvida. O Vereador Rafael disse que não vê problema em votar a favor, mas a última vez em que foi apresentar um requerimento o funcionário da Câmara disse que poderia apresentar verbalmente se fosse um assunto da pauta do dia. O Vereador Romeu disse que este é um assunto que está em pauta e que foi levantado pelo Vereador Arilson. O Vereador Arilson disse que já obteve as informações e que é contrário ao requerimento. O Vereador Romeu disse que o Vereador Arilson recebeu as informações, mas ele (Romeu) não. Então, a Assessora Jurídica informou que, segundo se interpreta da combinação dos artigos 136, § 3º, X e 155, o requerimento deve ser apresentado por escrito. O Vereador Romeu disse que

apresentará na próxima sessão, por escrito, e o Vereador Wellington disse que gostaria de assinar junto. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 402: cobertura na entrada das UBS's; 2) Indicação nº 404: abastecimento de água no loteamento Nova Era; 3) Indicação nº 405: limpeza nas imediações da Rua Henrique Dias Saraiva; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 307/2018 – 2ª edição: iluminação pública no loteamento Panorama; 2) Indicação nº 387/2018: bueiro na Rua Dr. Queiroz; 3) Indicação nº 394: recipiente para lixo; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 400: implantação de bueiros inteligentes. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às vinte horas e cinquenta minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente, aproveitando a presença do Secretário Municipal de Governo e Planejamento, o sr. Presidente pediu para se manifestar o sr. André Luiz Senra Condé. O Vereador Maurílio disse que o projeto trata simplesmente do aumento de cinco por cento devido à ausência das verbas governamentais. O Vereador Rafael disse que é fácil entender. O Vereador Romeu disse não ver a necessidade do Secretário compartilhar nada em plenário, pois os vereadores estão vendo a necessidade e declarou o seu voto a favor. O sr. Presidente disse que faz falta a presença de secretários municipais nas sessões da Câmara; parabenizou a administração por ter caixa capaz de honrar os compromissos da Prefeitura. O Secretário, André, disse que fez um estudo quanto à necessidade de suplementar essas dotações e que possivelmente essa abertura de crédito não será usada, caso o Governo efetue os repasses; disse que o projeto vem nesse momento tendo em vista o recesso da Câmara e a necessidade de se ter essa possibilidade de planejamento. O Vereador Wellington solicitou que o Secretário encaminhasse os estudos que demonstram essa necessidade da abertura de créditos, sendo que o Secretário se comprometeu a enviá-los. O Vereador Romeu Moreira parabenizou ao Prefeito pela rédea que ele vem segurando e dominando a administração. O sr. Presidente então colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.738, que foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Parecer nº 10, da Comissão de Finanças: Projetos de leis nºs 1.730 a 1.732. Em seguida, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.730, do Executivo: Projeto de lei de revisão anual da Lei 1.590 de 15 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018-2021 e da Lei 1.604 de 25 de junho de 2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.731, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.732, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2019, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Parecer nº 05, da Comissão de Educação, referente ao Projeto de Lei nº 1.734, e em seguida o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.734, do Vereador Wellington Netto: Dispõe sobre a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino a Rio Pomba nas escolas de ensino fundamental, conforme especifica. O sr. Presidente disse que falta o parecer da Comissão de Legislação e comunicou que o projeto seguiria tramitando. O Vereador Romeu Moreira disse que se poderia obter o parecer verbal da Comissão e o projeto ser

votado hoje. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação, que tinha o Vereador Romeu como substituto do Vereador Wellington. O parecer foi pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.734, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O sr. Presidente solicitou à Comissão de Meio Ambiente que fizesse uma vistoria nas estradas da região rural de Granatos, verificando a necessidade da poda e corte de árvores e emitindo relatório ao Codema. O Vereador Maurílio, membro da citada comissão, disse que o Presidente desta deveria fazer um ofício à Secretaria de Meio Ambiente e esta cuidaria do assunto. O Vereador Jair disse que se dispõe a acompanhar. O sr. Presidente disse que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara poderia fazer essa visita, inclusive podendo usar o carro da Câmara, e encaminhar relatório ao Codema. O Vereador Jair sugeriu que seja concedida a palavra ao Secretário de Saúde para falar sobre o caminhão da Fundação Cristiano Varela que está em Rio Pomba. Havendo a concordância plenária, o sr. Presidente convidou o sr. Gilberto dos Santos, Secretário Municipal de Saúde, para falar sobre o assunto, e também a sra. Verônica de Paula de Almeida. O Vereador Wellington pediu que fosse explicado também sobre a mudança do local de vacinação. Assim, o sr. Gilberto dos Santos se pronunciou sobre os assuntos abordados, assessorado também pela sra. Verônica de Paula de Almeida. O sr. Presidente parabenizou ao sr. Prefeito por haver respondido a todos os requerimentos de informações da Câmara. O Vereador Wellington perguntou se já foi respondido o da ponte de São Lourenço e pediu que seja cobrado. No grande expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Wellington Ferreira de Souza se pronunciou sobre diversos assuntos; manifestou-se contra o veto do sr. Prefeito ao Projeto de Lei nº 1.728. O Vereador Jair de Paula Coelho falou sobre os trabalhos do Conselho Municipal de Saneamento Básico, do qual ele é o vice-presidente; abordou também outros assuntos de natureza diversa. O Vereador Jorge Luís também se pronunciou. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Jorge Luís Martins Soares
Presidente da Câmara

Rafael Vilela Martins
Secretário

Arilson Neto Santos Freitas

Frederico Senra Condé

Jair de Paula Coelho

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Romeu Moreira Batista

Wellington Ferreira de Souza

Ata da Trigésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e seis minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (01, 05 e 19 de novembro). As três atas foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. A sessão seguiu com a leitura das correspondências recebidas: a) convite do Ginásio para formatura no dia 13 de dezembro; b) comunicado de convênio para recapeamento asfáltico; c) convite da Igreja Maranata. Seguiu tramitando a prestação de contas do Executivo do exercício de 2016. Igualmente permaneceu tramitando, enquanto aguarda a análise das Comissões, o Projeto de Lei nº 1.737, dos Vereadores Wellington Ferreira de Souza e Paulo Henrique da Silva: Institui o Programa “Vacinação Domiciliar de Idosos” e dá outras providências. O sr. Presidente disse que solicitou também o parecer jurídico. Foi lido o Projeto de Lei nº 1.739, do Executivo: “Aprova a Primeira revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na sede do Município.” O sr. Presidente disse que este projeto seguirá tramitando até a decisão sobre o veto que está na ordem do dia e que o Secretário de Meio Ambiente poderá usar a palavra. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 413: providências na Praça Vereador Mundico; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 329/2018 – 2ª edição: construção de passeios e guarda-corpo; 2) Indicação nº 392: asfaltamento da Rua José Augusto Soares; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 322/2018 – 2ª edição: limpeza e recapeamento asfáltico na *Estação*; 2) Indicação nº 406: providência na Rua Joaquim Alves de Araújo; d) Wellington Ferreira de Souza: 1) Indicação nº 410: faixa de pedestres em frente ao Colégio Exitus; 2) Indicação nº 411: operação tapa-buracos no bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 412: implantação da Ouvidoria Geral da Prefeitura; e) Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 409: providências na Rua José Vieira Soares. O sr. Presidente disse que deixaria o pequeno expediente para o final da sessão. Às dezenove horas e dezoito minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente convidou a usar a palavra o sr. Gilberto dos Santos, Secretário Municipal de Saúde, para falar sobre a posição do Executivo com relação ao veto ao Projeto de Lei nº 1.728. O Secretário Gilberto disse que pouco tem a acrescentar ao que o sr. Prefeito já manifestou, mas que se trata de proposta difícil de ser cumprida pois a Secretaria de Saúde tem um extenso calendário a ser cumprido relacionado a diversas campanhas, e especialmente o mês de julho é contemplado pelo Ministério da Saúde com uma série de comemorações; disse que sem o comando do Ministério da Saúde, com forte apelo de mídia, dificilmente se consegue alcançar os números ideais; citou o outubro rosa e o novembro azul que ajudam a conscientizar a população; comentou que apesar de louvável, o mês de julho já está contemplado

pelo Ministério da Saúde. O Vereador Romeu solicitou e o Secretário fez a leitura do Parecer nº 24, da Comissão de Legislação. Houve participação com comentários contrários ao veto dos Vereadores Romeu e Wellington. O Vereador Maurílio perguntou ao Secretário de Saúde se a campanha prevista no projeto de lei gera despesas. O Secretário de Saúde respondeu que existem recursos disponíveis para essas atividades, mas que qualquer campanha gera uma despesa. O Vereador Maurílio disse ser sabido que os vereadores votam projetos que geram despesas, o que é inconstitucional, e caso o Prefeito vete, resta aprovar o veto para não criar uma lei que poderá ser derrubada judicialmente. O Vereador Romeu disse que o projeto é autorizativo e o Prefeito fará somente se houver verba. O Vereador Wellington disse que os recursos para a Saúde já existem e não acarretaria alocação de recursos. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 188, da Comissão de Legislação: Rejeita Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.728 (Institui o mês Julho Verde). Então, considerando a discussão já realizada sobre o assunto, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 188, da Comissão de Legislação: Rejeita Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.728 (Institui o mês Julho Verde). Votaram contra o veto do sr. Prefeito: Jair de Paula Coelho, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza. Votaram a favor do veto do sr. Prefeito: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins. Resultando em empate, o Vereador Jorge Luís Martins Soares, Presidente, votou a favor do veto, restando então mantido o veto total do Executivo ao Projeto de Lei nº 1.728 por 05 (cinco) votos. Justificando seu voto, o Vereador Rafael Vilela disse que a comissão se reuniu e ontem teve a oportunidade de conversar com o Prefeito para saber dele melhor, sendo que o Prefeito disse que não se trata de incoerência, mas de seguir o Ministério Público porque é este que comanda e o mês de julho é voltado às hepatites virais e ao câncer ósseo; disse que não conseguirá agradar a todo mundo, que teve oportunidade de conversar com o seu pai e o seu tio. O Vereador Romeu Moreira disse que se decepciona com o Presidente da Câmara eleito por assinar um parecer e voltar atrás sem antes se reunir com suas lideranças, o que ele classifica como um absurdo por o Vereador Rafael se elegeu em “nossa” base. O Vereador Wellington confirmou as palavras do Vereador Romeu e disse que é preciso ter muito “culhão” para sustentar as palavras e compromissos assumidos, que a política passa mas a honra deve continuar; disse que não se trata de Wellington e Pascoalino, e que o que ele fizer de errado nos próximos dois anos “o pau vai cantar”; pediu que o Vereador Rafael, eleito Presidente da Câmara, se lembre de cada palavra que ele lhe disse quando firmaram o compromisso, que foram no sentido do futuro Presidente ter um compromisso com a verdade. O Vereador Jorge Luís justificou o seu voto segundo as palavras do Vereador Maurílio. Seguindo os trabalhos foi lido o Parecer nº 25, da Comissão de Legislação, Projeto de Lei nº 1.735. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.735, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Declara de utilidade pública a Associação Shalom Adhonai. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Parecer nº 26, da Comissão de Legislação, Projeto de Lei nº 1.736. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº

1.736, do Vereador Wellington Netto: Dispõe sobre a divulgação dos dados dos conselhos municipais na página oficial da Prefeitura e da Câmara Municipal na internet, e dá outras providências. Este projeto foi aprovado por unanimidade. Dando sequência, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.739, do Executivo: “Aprova a Primeira revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na sede do Município.” Foram convidados a usarem a palavra o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Antônio Carlos Vidal Barra, e o Secretário Municipal de Administração e Finanças, Vinícius Leal Faria. O Secretário de Meio Ambiente explicou sobre a necessidade e o prazo previsto para a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, que está atrasada e é um pré-requisito para todo o processo do serviço de água e esgoto; teceu outros comentários e respondeu a perguntas dos vereadores. O Secretário de Administração e Finanças falou sobre a elaboração do Plano Diretor, não obrigatório para Rio Pomba, interessante, mas um projeto custoso, apesar do que os vereadores podem buscar ideais e formas para a sua implantação. Encerrada a discussão, o sr. Presidente consultou o Plenário e este concedeu o regime de urgência especial para apreciação do Projeto de Lei nº 1.739. Assim, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Serviços e Meio Ambiente. As três comissões, pela unanimidade de seus membros, opinaram favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1.739. Colocado em votação, este projeto foi aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos se manifestaram sobre assuntos de interesse público. O Vereador Arilson disse que fez visitas em diversas comunidades e relatou as necessidades encontradas; pediu ao Vereador Wellington que não faça menção ao seu nome (Arlison) em redes sociais comentando votos a favor ou contra projetos, em nome do respeito e da amizade que existe entre eles. O Vereador Wellington pediu desculpas ao Vereador Arilson, mas disse que se referiu a ele como o Vereador Arilson, e não como trabalhador ou pai de família; comentou sobre a posição de vereador com relação ao veto; comentou sobre diversas falhas encontradas em sua visita à sede do Caps e abordou também outros assuntos diversos; finalizou comentando sobre o veto mantido nesta sessão. O Vereador Rafael disse que o seu voto em plenário é absoluto, independente de assinatura num parecer que é técnico; disse que seu posicionamento pode não agradar a todos. O Vereador Romeu discordou do Vereador Rafael porque ele não foi obrigado a votar de acordo com a Comissão de Legislação, podendo ter se absterido; comentou sobre a proposta de renovação dos mandatos à Câmara e disse que é preciso sim tirar os que não trabalham e não têm palavra. O Vereador Jorge Luís disse que os desencontros de votos acontecem, mas os pareceres nas comissões são técnicos e o voto em plenário é inviolável; falou sobre a situação financeira das Prefeituras e algumas indicações; disse que essa semana começará a ser distribuído um informativo da Câmara sobre a aprovação do serviço de saneamento básico através da Copasa. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e trinta minutos do dia sete de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara Municipal os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Jair de Paula Coelho, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Netto; o sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, pelos relevantes serviços prestados ao Município e pela destacada atuação na vida pública e particular, tratando-se das seguintes personalidades: Vanessa de Oliveira Gaudereto Guimarães (Honra ao Mérito Profissional), Vicente de Paula de Oliveira (Honra ao Mérito Político), Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Honra ao Mérito Educacional), Edna Teresinha Correa de Abreu (Honra ao Mérito Social), Gilberto Arrighi Gaudereto (Honra ao Mérito Social), Rede do Bem (Honra ao Mérito Social), Cabo PM Luizmar Campos de Lima (Moção de aplausos) e Cabo PM Adalberto Silva dos Santos (Moção de aplausos). Foram convidados para os lugares de destaque as seguintes autoridades: Exma. Sra. Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes - Vice-Prefeita de Rio Pomba, Magnífico Reitor do Instituto Federal do Sudeste de MG - Prof. Charles Okama de Souza, Exmo. Sr. Glênio Martins de Lima Mariano - Presidente da Emater MG. Presentes ainda autoridades e representações. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque, sendo que o Cabo Adalberto representou o Cabo Luizmar que estava em viagem. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as biografias dos homenageados, foram colhidas as suas assinaturas no Livro de Honra dos Homenageados, eles receberam as placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores. Seguindo, os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados. Após, os homenageados puderam se manifestar em agradecimentos. Em seguida, pronunciaram-se as autoridades componentes da Mesa de Honra. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Quadragésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezenove horas e cinco minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e dezoito, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Arilson Neto Santos Freitas, Frederico Senra Condé, Jair de Paula Coelho, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Rafael Vilela Martins, Romeu Moreira Batista e Wellington Ferreira de Souza; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que deu início ao expediente e colocou em discussão as atas das sessões anteriores (06 e 07 de dezembro). As duas atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente abriu as inscrições para uso da palavra sobre qualquer assunto de interesse público no grande expediente, sendo que o Vereador Rafael, Secretário, registrou os pedidos de inscrições. A sessão seguiu com a leitura da seguinte correspondência recebida: a) convite audiência contrato da Copasa dia 21, na Câmara. Neste momento compareceu à sessão o Vereador Paulo Henrique da Silva. Após, foram lidos os Ofícios do sr. Prefeito: a) Ofício 553, em resposta ao Requerimento 31; b) Ofício 559, em resposta ao Requerimento 32. Seguiu tramitando a prestação de contas do Executivo do exercício de 2016. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Arilson Neto Santos Freitas: 1) Indicação nº 419: corte de árvores de grande porte; b) Jair de Paula Coelho: 1) Indicação nº 415: reparo na Rua Juquinha Quintão; 2) Indicação nº 417: reparo de ponte de madeira no Monte Alegre; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 403: cobertura no estacionamento da rodoviária; 2) Indicação nº 408: creche 06 meses a 02 anos; 3) Indicação nº 414: recapeamento de passeio no trevo; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 407: destinação de ônibus para o Cras; e) Jair de Paula Coelho e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 418: reparo nas vias e passeios do Distrito Industrial. Conforme inscrição efetuada previamente, o sr. Presidente convidou a usar a Tribuna popular o dr. Clóvis Torres Quintão, representando o Sinsemrip, para falar sobre EPI, direito a insalubridade, assédio moral, piso salarial dos agentes de saúde e projeto de lei. O dr. Clóvis disse que gostaria de retornar à tribuna em fevereiro para aprofundar os temas de hoje, momento em que estará convidada a classe dos trabalhadores municipais; disse que esteve reunido com o sr. Prefeito, juntamente com alguns servidores; o sr. Prefeito lhe informou que estava entregando os EPI's e disse que encaminhará o estudo de insalubridade à Câmara; pediu que a Câmara dê vistas desse estudo ao Sinsemrip antes de decidir, já que o sr. Prefeito não deu vistas ao Sindicato. O Vereador Jair pediu informações sobre os EPI's entregues aos servidores. O Vereador Wellington lamentou que o sr. Prefeito não tenha dado vistas do estudo de insalubridade aos servidores, lembrando que esse estudo foi pago com recursos públicos. O Vereador Rafael falou que seria interessante a Câmara ter uma assessoria técnica sobre a insalubridade. O orador na tribuna pediu a criação de uma legislação sobre o assédio moral, pois a situação atual ganhou uma dimensão muito grande. O Vereador Wellington disse que é preciso coragem para denominar os envolvidos nos casos de assédio moral e lembrou que a Câmara tem uma ouvidoria. Comentou sobre a possibilidade de dispensar do concurso público os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, conforme a Emenda Constitucional nº 51/2006; disse que em Vitória/ES foi aprovado um projeto dessa natureza. Houve debate e comentários

dos vereadores sobre os diversos assuntos abordados. O sr. Presidente disse que deixaria o pequeno expediente para o final da sessão. Às dezenove horas e quarenta e sete minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente, considerando ainda não terem sido apresentados os pareceres das comissões, determinou a tramitação de: a) Parecer jurídico: Projeto de Lei nº 1.737; b) Projeto de Lei nº 1.737, dos Vereadores Wellington Netto e Paulo Henrique da Silva: Institui o Programa “Vacinação Domiciliar de Idosos” e dá outras providências. Conforme preceitua o art. 40, XXV, do Regimento Interno, foi apresentado o relatório dos trabalhos da Câmara do corrente ano. No grande expediente os vereadores inscritos puderam se manifestar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Jair abordou assunto relativo à manutenção das estradas rurais que levam a propriedades únicas, caso em que, no seu entendimento, existe a possibilidade de fazer por causa do direito de ir e vir; pediu a opinião dos vereadores. O Vereador Jorge Luís disse que a situação se caracteriza como serviço particular, mas em sua opinião é um direito dos proprietários rurais. O Vereador Maurílio disse que não se trata de um serviço particular, lembrando que em casos de doença até mesmo uma ambulância precisará ter acesso. O Vereador Romeu disse que a estrada até a chegada de uma propriedade é estrada pública, sendo vedado apenas a realização de serviços dentro da propriedade. Houve palavras de congratulações de final de ano. O Vereador Romeu Moreira desejou êxitos ao Vereador Rafael Vilela na Presidência da Câmara. O Vereador Wellington abordou assuntos de diversas naturezas, especialmente sobre cavalo abandonado sob maus tratos no Distrito Industrial; comentou também sobre o descuido em que está o banheiro público localizado na Praça Alcides Macedo e a necessidade de notificação do responsável pela limpeza; desejou boa sorte aos membros da Mesa Diretora do próximo biênio para que esta Casa possa produzir ainda mais. Os Vereadores Wellington, Jair e Romeu parabenizaram ao Vereador Jorge pelo exercício da Presidência da Câmara nestes dois anos e igualmente ao Vice e Secretário. O Vereador Rafael fez pronunciamento sobre a sua expectativa para a nova Mesa Diretora. O sr. Presidente, Vereador Jorge Luís, comunicou que a sessão de posse da Mesa Diretora eleita para o biênio de 2019/2020 será no dia primeiro de janeiro de 2019, às dezenove horas. O Vereador Jorge Luís se pronunciou sobre diversos assuntos; sobre o aplicativo “Fala Cidadão” disse que será uma ferramenta muito boa para a Câmara que gerará indicações - disse que recebeu muitos elogios e também algumas críticas – que haverá um treinamento, para o qual solicitou o apoio do próximo Presidente – agradeceu pelo trabalho de todos os vereadores e a colaboração dos servidores da Câmara; desejou sucesso nos trabalhos da próxima Mesa Diretora; falou sobre a atuação válida das estagiárias; comentou que a Câmara irá devolver ao Executivo o seu saldo de caixa num valor entre quatrocentos e quatrocentos e trinta mil reais. O Vereador Wellington adiantou pedido ao Vereador Rafael, próximo Presidente, para que viabilize a transmissão das sessões da Câmara pela Rádio Jovem Rio FM. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 80 (oitenta) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2018 (primeiro de janeiro de dois mil e dezoito) até 31/12/2018 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 07 de fevereiro de 2019.

VEREADOR JAIR DE PAULA COELHO
Secretário

VEREADOR RAFAEL VILELA MARTINS
Presidente da Câmara